

20 de Julho 2020
Segunda-feira
Semanário - Ano 5
Nº 218
Director-Geral
Evaristo Mulaza



Embaixador do Brasil, em exclusivo, sobre o caso IURD



Págs. 4 e 5

DÍVIDA PÚBLICA

- Finanças explicam discrepâncias com alterações nas variáveis de cálculo
- Unita insiste em auditoria externa

FINANÇAS PÚBLICAS. A diferença entre os números avançados por Manuel Nunes Júnior e os dados do Ministério das Finanças sobre a dívida pública é explicada por “alterações constantes” em certas variáveis, segundo o departamento gerido por Vera Daves. O maior partido na oposição insiste, entretanto, na realização de uma auditoria externa. Págs. 6 e 7

RELATOS DE FOME NA PRIMEIRA PESSOA

O drama dos professores universitários despedidos



Págs. 8 e 9

COMPENSAR ATÉ AO FINAL DO ANO

Angola não cumpriu acordo da OPEP

Nos primeiros dois meses de vigência do acordo de corte da produção alcançado pela OPEP+ (Maio e Junho), Angola produziu mais do que devia. O cartel obrigou o país a compensar a produção neste Julho, mas o Governo conseguiu negociar o ajuste para o final do ano. Pág. 8



‘Malparado’ com a Boeing força corte do capital da TAAG

Pág. 10



GESTÃO COM BARTOLOMEU DIAS

Como reestruturar a empresa em tempos de covid-19

Págs. 14 e 15

Editorial

CADÊ A AUDITORIA?

Outra vez as preocupações sobre a dívida pública. Na última semana, a ministra das Finanças destacou que o stock da dívida está em níveis que exigem cautela. Há, desde logo, a reconhecer uma evolução no discurso oficial, no sentido pragmático.

Até há relativamente pouco tempo, e mesmo depois de o rácio da dívida ter ultrapassado a fasquia dos 80% sobre o PIB há dois anos, a mensagem predominante era de que o volume não era preocupante. Insistia-se no argumento de que o essencial era a aferição da capacidade que o país teria ou não de pagar os empréstimos. E a conclusão oficial, distribuída de forma mais ou menos harmónica, insistia que o país, pelo seu potencial de recursos, teria a situação sob controlo. Isto a despeito de toda uma conjuntura económica que exigia precaução a todos os níveis, incluindo no optimismo governamental quanto ao comportamento do preço do petróleo.

Hoje há, portanto, sinais de leituras mais realistas, forçados, em parte, pelos ensinamentos da pandemia que devasta o planeta. Não há quase memória, por exemplo, de o Governo ter sido tão cauteloso na previsão fiscal do preço do petróleo. Basta verificar-se, em termos comparativos, nas opções que condicio-

naram a elaboração do orçamento original de 2020, face ao rectificativo já aprovado na generalidade pelos deputados do MPLA. Em finais de 2019, quando o Governo submeteu o OGE à Assembleia, as melhores previsões apontavam para um limite de entre os 60 e os 62 dólares de preço médio do barril em 2020. Com todo o optimismo, o Governo decidiu inscrever um preço apenas cinco dólares abaixo do limite mínimo que as projecções mais credíveis, incluindo a do FMI e do Banco Mundial, estimavam. Agora, no documento rectificativo, a equipa económica de João Lourenço optou pelo conservadorismo, deixando uma margem mais confortável (cerca de 10 dólares) entre o preço fiscal e o preço médio estimado do mercado. É definitivamente uma opção sensata perante o mar infundável de incertezas que assombram a economia global. É, mais uma vez, uma transição do lunatismo para o pragmatismo económico.

Sobre a dívida, há, no entanto, questões específicas que continuam a aguardar por respostas. E a mais concreta de todas é a certificação dos números que o Governo apresenta. Como assinala insistentemente a Unita, o histórico da dívida pública está ensombrado por relatos de falta de transparência. E não parece haver dúvidas quanto a isso, incluindo na própria estrutura do poder, uma vez que até o presidente do MPLA e da República já fez questão de reconhecer que parte dos empréstimos contraídos pelo Estado beneficiou directamente interesses privados. Continua, por isso, por se perceber a razão de o Governo e o MPLA se manterem mudos face às exigências do maior partido na oposição sobre a necessidade de uma auditoria externa à dívida. Isto numa altura em que alegadamente se combate a corrupção e em que instituições com a dimensão do Banco Mundial voltam a pôr o dedo na falta de transparência na gestão da dívida pública.



FICHA TÉCNICA

Director-Geral: Evaristo Mulaza

Directora-Geral Adjunta: GERALDA EMBALÓ

Editor Executivo: César Silveira

Redacção: Antunes Zongo, Isabel Dinis, Júlio Gomes, Guilherme Francisco e Suely de Melo

Fotografia: Mário Mujetes (Editor) e Santos Samuesseca

Secretária de redacção: Rosa Ngola

Paginação: Edvandro Malungo, Francisco de Oliveira e João Vumbi

Revisores: Edno Pimentel, Evaristo Mulaza e GERALDA EMBALÓ

Colaboradores: Cândido Mendes, EY e Mário Paiva

Propriedade e Distribuição: GEM Angola Global Media, Lda

Tiragem: 00 N° de Registo do MCS: 765/B/15

GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA Administração:

Geralda Embaló e Evaristo Mulaza

Assistente da Administração: Geovana Fernandes

Departamento Administrativo: Jessy Ferrão e

Nelson Manuel

Departamento Comercial: Geovana Fernandes

Tel.: +244941784790-(1)-(2)

N° de Contribuinte: 5401180721

N° de registo estatístico: 92/82 de 18/10/82

Endereço: Avenida Hoji-Ya-Henda, 127, Marçal, Luanda-Angola; 222 320511 Fax: 222 320514

E-mail: administracao@gem.co.ao; comercial@gem.co.ao

A semana

3 PERGUNTAS A...



ANTÓNIO 'ETONA',
artista plástico

Pode falar-se de investimento nas artes em Angola?

Em termos de investimento, temos de ver quais são os actores que existem para investir nessa área. Tivemos algumas pessoas que investiam muito, como o falecido Mabílio Albuquerque. Ele comprava sempre obras em várias exposições e era um verdadeiro coleccionador.

E hoje?

Tivemos ainda o Sindika Dokolo, que também apareceu como coleccionador. Mas há poucos. Depois, quando aparece, o coleccionador vem com alguns vícios degradantes daquilo que é o conceito de coleccionador que junta ou compra arte. Neste momento, quase que não temos. Pode haver alguns promotores ou galeristas, mas é quase sempre de uma forma suspeita.

O país já está em condições de abrir um museu de artes?

Qualquer país tem, mas nós temos outros problemas. Há muita coisa importante a sair do país. E isso, quando o país voltar a recordar-se, terá de comprar, por isso, devíamos alertar os governos para que, de tempo a tempo, se fizesse a aquisição de obras de arte. E são essas aquisições que vão contemplar os museus. Há pessoas que estão a comprar as obras a preços baixos e que depois vão vender aos 'olhos da cara', nos próximos desafios, quando se pensar em criar museu de artes.

14
TERÇA - FEIRA

O Ministério dos Recursos Minerais, Petróleos e Gás suspende o concurso para a contratação de avaliadores de diamantes brutos, devido aos constrangimentos provocados pela pandemia da covid-19.

15
QUARTA - FEIRA

A Assembleia Nacional aprova, na generalidade, a proposta de lei que aprova o Orçamento Geral do Estado (OGE) revisto para 2020, com abstenção de três dos quatro grupos parlamentares da oposição.

16
QUINTA - FEIRA

BFA anuncia que a administradora Maria Moreira e o PCE António Domingues Catana, apresentaram renúncia, depois da demissão do ex-vice-presidente António Domingues, que alertou o BNA para "grave incumprimento" das normas bancárias.



17
SEXTA - FEIRA

A Empresa Interbancária de Serviços (EMIS), que detém a rede Multicaixa, anuncia resultado líquido de 909,2 milhões de Kwanzas, em 2019, como resultado de um 249%, comparativamente aos cerca de 364 milhões de 2018.



18
SÁBADO

Angola manifesta apoio ao novo programa e estrutura da FAO, que visam transformá-la numa instituição mais "inclusiva, inovadora, transparente e dinâmica". Disse a representante permanente junto da ONU Fátima Jardim.



19
DOMINGO

A AGT inicia a venda online de 200 lotes de mercadorias diversas do armazém do centro logístico Aduaneiro do Quilómetro 33, em Luanda. Milhares de contribuintes participaram do certame.



SEGUNDA-FEIRA O Estado anuncia que está a avaliar uma acção criminal no litígio com a empresa Atlantic Ventures, da empresária Isabel dos Santos, sobre o Porto de Dande.

COTAÇÃO



BRENT SEGUE ANIMADO POR INFLUÊNCIA DA VACINA...

O Brent, referência às exportações angolanas, abriu a semana em queda em torno de 0,2%, mas rapidamente recuperou ao negociar em pouco mais de 40 dólares por barril, depois de ter encerrado a semana anterior nos 43,14 dólares. Na base da recuperação, está a notícia da vacina contra a covid-19 desenvolvida pela AstraZeneca e que a Universidade de Oxford considera ser segura.



ACÇÕES EUROPEIAS EM ALTA...

Os dados promissores da vacina contra o coronavírus ajudaram igualmente as acções europeias a subir 0,9% nesta segunda-feira, 20, depois de os líderes europeus projectarem um fundo de recuperação para estimular a economia afectada pela pandemia. Em resultado disso, o índice TSEurofirst 300 subiu 0,73%, a 1.464 pontos, enquanto o índice pan-europeu STOXX 600 ganhou 0,75%, a 376 pontos.

Entrevista

PAULINO NETO, EMBAIXADOR DO BRASIL EM ANGOLA

“Tenho a certeza absoluta de que isso não é motivo para criar um mal-estar nas relações entre os dois países”

Enquanto persiste o conflito entre membros da IURD em Angola, o embaixador do Brasil em Luanda nota que há entendimento da parte das autoridades angolanas para que não ocorram novas invasões a propriedades da igreja. E que as que já ocorreram sejam tratadas nos termos da lei angolana. Paulino Neto nega que se trate de um conflito entre angolanos e brasileiros, argumentando que há brasileiros entre os dissidentes, e está certo de que as relações político-diplomáticas vão manter-se intactas.



DIPLOMATA HÁ 35 ANOS

Paulino Neto é natural de Curitiba (Brasil), começou a carreira diplomática em 1985. É formado em diplomacia e administração pública, no Brasil. Entre as funções desempenhadas nos últimos anos estão a de director do Departamento dos Estados Unidos, Canadá e Assuntos Interamericanos, tendo ainda sido chefe da Divisão do Meio Ambiente e chefe da Divisão de Serviços Gerais. Já foi diplomata na Suíça, Itália e Chile.

Por César Silveira

Q Como é que tem estado a acompanhar o caso da Igreja Universal do Reino de Deus? Considera a possibilidade de dar lugar a um conflito político-diplomático entre Angola e o Brasil?

Prefiro evitar que se trate de um caso político e diplomático. É um caso de respeito a cidadãos estrangeiros, basicamente brasileiros, que vivem cá e que fazem parte da Igreja Universal que gerou esse conflito e essas manifestações todas nos órgãos de comunicação social não só em Angola, mas também no Brasil, com bastante

intensidade. Nasceu nos dias 22, 23 a 24 de Junho. Houve uma série de invasões a templos e a residências da Igreja Universal, de membros angolanos e brasileiros, e de outras nacionalidades que fazem parte da igreja, que causou uma grande confusão e fez com que alguns brasileiros nos procurassem. A embaixada está a fazer todo o esforço para que os direitos dessas pessoas possam ser resguardados.

Que passos marcaram depois destas solicitações?

Solicitámos às autoridades angolanas, em particular ao Ministério do Interior, que tomassem as providências para que não houvesse mais invasão. Em segundo lugar, para que, no ordenamento jurídico angolano, esses invasores fossem retirados dos templos e das

residências e é isso que fizemos. A Igreja Universal no Brasil e outras de origem cristã têm membros de vários pontos do mundo, inclusive angolanos. A Igreja Universal e outras evangélicas situadas no Brasil acolhem muitos líderes políticos brasileiros. Detém vários órgãos de comunicação como a Record Tv e tudo isso gera uma grande confusão. É algo que tem de ser gerido no âmbito judicial entre as autoridades angolanas e brasileiras. Eu, como embaixador brasileiro, confio nas autoridades angolanas e tenho a certeza de que se vai resolver de forma judicial.

A carta que o Presidente Bolsonaro escreveu para o Presidente João Lourenço não é suficiente para admitir a possibilidade de contornos diplomáticos?

Tive a cópia da carta em formato digital porque a original ainda não chegou às minhas mãos. Na carta, o Presidente brasileiro admira o esforço do Presidente angolano no desenvolvimento da democracia e regista a preocupação de João Lourenço com as invasões a templos da Igreja Universal e a outras instalações. Regista o relato de agressões dos membros da igreja que foram expulsos dos templos e das residências e menciona que os processos de apuramento tem um tempo na justiça e as decisões serão acatadas, pedindo que se reforce a protecção aos membros da igreja universal, garantindo a integridade física e dos bens materiais. O papel dos dois governos é encontrar uma forma pacífica para a resolução dos conflitos entre os membros da Igreja Universal de Angola e do Brasil e,

“ Não estou a falar em nome da IURD, estou a falar em nome do Estado e do governo brasileiros. Sou o representante do Presidente Bolsonaro em Angola, que é o chefe de Estado e de governo. ”

naturalmente, manter as relações económicas, políticas e comerciais entre os dois povos.

Há correntes que acreditam que, se o desfecho não agradar uma das partes, digo um dos países, pode beliscar as relações bilaterais...

Não acredito. Acho que isso é uma hipótese explorada pelos académicos e especialistas, mas tanto Brasil quanto Angola temos interesse de ver esse assunto resolvido na esfera própria que, no último ponto, é a judicial. Não cabe a mim aconselhar ou sugerir entendimento, sei que as duas entidades envolvidas poderão recorrer à justiça ou ao diálogo. Que não haja mais invasão, esta perspectiva é partilhada entre os governos, de garantir que não haverá mais invasões e aquelas que já ocorreram que sejam tratadas no âmbito judicial, porque a IURD é uma instituição reconhecida pelo Governo angolano desde 1992 com todos os direitos e obrigações.

Os pastores, chamados da ala brasileira, também estão a ser acusados de vários crimes, como uso de armas de fogo, evasão fiscal, entre outros. Corre mesmo um processo na PGR...

Não definiria que se trata de brasileiros num lado e angolanos no outro. Tanto é que a IURD aqui é mais composta por cidadãos angolanos e um pequeno grupo de brasileiros. Este grupo dos incidentes também é composto por brasileiros. Parece-me que estes incidentes querem descaracterizar a IURD. Corre uma queixa-crime na PGR contra antigos representantes da IURD em Angola e não mais a actual direcção. Se for verdade, a justiça angolana tem de acompanhar as acusações, mas um suposto crime cometido por antigos membros da direcção anterior não justifica nenhuma invasão da propriedade alheia. Um suposto crime não justifica o cometimento de um outro que ainda está em curso o processo de investigação. Essa é a nossa maior preocupação e isso não cabe a mim nem ao governo brasileiro, porque as decisões finais serão do Governo angolano, de acordo com as normas jurídicas angolanas.

A IURD foi sempre citada como tendo sido a instituição religiosa que mais apoiou a campanha do Presidente Bolsonaro. Esta situação não poderá pesar na forma como o governo bra-



sileiro se vai envolver no caso?

A IURD e as demais igrejas evangélicas no Brasil têm uma presença muito grande na sociedade, estão muito ligadas em sectores significativos da sociedade brasileira e são eleitores. Têm os seus representantes nas diversas instâncias de poder, seja nos municípios, estados e representação federal, inclusive no poder executivo. Naturalmente, exercem legitimamente pressão política sobre deputados, prefeitos, senadores, governadores e, inclusive, a própria Presidência da República. É legítimo em democracia como a do Brasil, participativa e vibrante. A sociedade brasileira tem uma complexidade e diversas opiniões públicas e manifestam livremente, não só aquelas que favorecem determinadas acções do governo, mas também aquelas que

estão na oposição política, civil, ONG e os próprios media brasileiros, que é extremamente livre onde se encontram todos os pontos de vista, de opiniões e isso se reflecte em tudo, inclusive no episódio da IURD em que há visões diferentes sobre o assunto. Em relação à questão específica das invasões, no Brasil, há quase unanimidade, independentemente de serem partidos políticos da oposição ou partidos que apoiam as políticas do governo de Bolsonaro. Todos condenam os actos de violência cometidos contra a IURD em Angola, não pelo Governo angolano, mas por esses antigos membros.

Edir Macedo, como é óbvio, está directamente envolvido na tentativa de resolução do caso. Sabe se já entrou em contacto com o Presidente Bolsonaro? E com o senhor embaixador?

As questões ligadas à IURD não são da minha alçada. Não estou a falar em nome da IURD, estou a falar em nome do Estado e do governo brasileiros. Sou o representante do Presidente Bolsonaro em Angola, que é o chefe de Estado e de governo. Não represento instituições específicas brasileiras, respondendo pelos interesses de cidadãos brasileiros que vivem em Angola e alguns deles fazem parte da IURD. Quanto ao tratamento de outras entidades da IURD, isso, sem dúvidas, ocorre lá no Brasil, até porque alguns políticos lá são evangélicos e muitos deles obreiros da IURD e é natural que tenham uma interlocução com autoridades políticas no Brasil.

Quando se fala da evasão financeira, estimam-se receitas de cerca de 80 milhões de dólares por ano. Tem informações destes números?

Nenhuma. Eu não posso fazer observações ou comentários de ouvir dizer ou que são colocadas no facebook ou que são feitos por terceiros porque não quero entrar neste meio. Quem tem de tratar disso é a justiça angolana se houver uma denúncia a respeito ou quem fez a acusação tem de prová-la. A mim não cabe entrar neste método porque não é meu papel nem minha atribuição. Quem acusou tem de provar e a melhor maneira de comprovar é fazer uma denúncia pública às autoridades locais que é o Ministério Público angolano que fará as investigações cabíveis e decidir a respeito. Acho temerário fazer acusações sem provas.

Portanto, não acredita mesmo na possibilidade de o caso vir a atrapalhar as relações entre os dois países?

Tenho a certeza absoluta de que isso não é motivo para criar um mal-estar. Tudo o que nós queremos entre as autoridades angolanas e brasileiras é trabalhar para se ter uma óptima relação, muito fluída e aberta com todas as autoridades angolanas para que isso não venha a criar qualquer tipo de embaraços nas relações bilaterais, porque os nossos interesses são muito mais amplos. Não só interesses no campo oficial, cooperação oficial, cooperação política, mas principalmente a cooperação entre os povos, porque a comunidade brasileira aqui é uma comunidade razoavelmente importante em termos de números, além disso está muito inserida na sociedade angolana. Porque os brasileiros que trabalham aqui são empreendedores, têm participado no desenvolvimento económico de Angola e actuado em diversos sectores de economia, nas indústrias, agricultura. E como temos também uma grande presença de angolanos que vivem e estudam no Brasil que trabalham e casaram-se com mulheres e homens brasileiros. No fundo, fazemos parte da mesma história desde sempre, desde que o Brasil é Brasil e desde que Angola é Angola.

Mudando de assunto, como estão as trocas comerciais entre Angola e Brasil neste período de confinamento?

As importações e o comércio bilateral permanecem. Apesar da covid-19 em todo o mundo, espero que as importações e exportações voltem aos níveis anteriores, porque, no ano passado, foram 700 milhões de dólares para o comércio bilateral. Temos empresas brasileiras aqui, temos investidores brasileiros que querem vir para Angola. Queremos manter os voos directos entre o Brasil e Angola e vice-versa.

Há informações sobre a possibilidade de o governo brasileiro financiar Angola. Confirma?

No passado, havia boas conversações para apoiar o crédito por via do BND e o Brasil apoiou Angola com mais de 4 mil milhões de dólares em 20 anos que foram bem utilizados em obras. Por isso, gostaríamos de retomar tão logo sejam possíveis as visitas bilaterais, vamos apoiar o sector privado.

Apesar da covid-19 em todo o mundo, espero que as importações e exportações voltem aos níveis anteriores, porque, no ano passado, foram 700 milhões de dólares para o comércio bilateral.

Economia/Política



MANUEL NUNES JR. APRESENTOU DADOS DIFERENTES DOS DAS FINANÇAS

Minfin explica discrepâncias com alterações nos cálculos

FINANÇAS PÚBLICAS. Ministro de Estado e da Coordenação Económica colocou a dívida pública nos 72,6 mil milhões de dólares em 2019, contra os 71,9 apresentados pelas Finanças. Departamento gerido por Vera Daves esclarece que diferenças se devem a actualizações de itens como o câmbio e amortizações.

Por Evaristo Mulaza

O Ministério das Finanças explicou as diferenças entre o valor da dívida pública apresentado pelo ministro de Estado e da Coordenação Económica e

os dados inscritos no Relatório de Execução Fiscal de 2019 “com as alterações constantes” nas variáveis de cálculo, com destaque para as amortizações, os desembolsos e a taxa de câmbio.

Na quarta-feira, na sessão parlamentar que aprovou na generalidade o OGE rectificativo, Manuel Nunes Júnior revelou que a dívida pública em dólares recuou 11,6% para os 72,6 mil

MEMORIZE

● Em Junho do ano passado, o Presidente da República, na condição de presidente do MPLA, apresentou preocupações em relação à dívida que sugeriram uma ratificação das questões levantadas pela Unita.

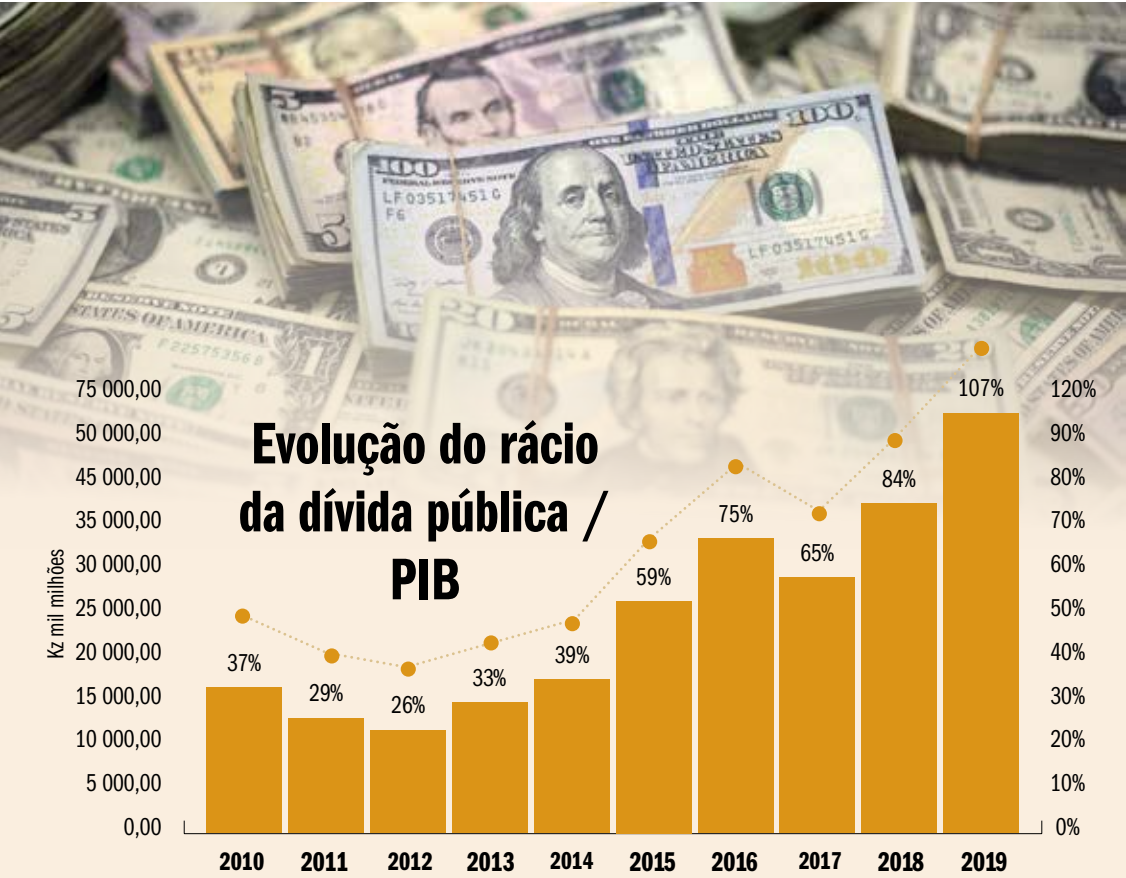
milhões de dólares entre 2017 e 2019. Os números do ministro de Estado referentes ao ano passado ficam, entretanto, 0,7 mil milhões de dólares acima do valor apresentado na versão preliminar do Relatório de Execução Fiscal de 2019, que fixa o conjunto da dívida pública em dólares nos 71,9 mil milhões de dólares. “Existem vários factores que exigem a revisão periódica dos dados. Por exemplo, em Janeiro de 2020, existiam desembolsos remetidos aos bancos que ainda não estavam confirmados, logo este stock não fazia parte da dívida. Tão logo foram confirmados, foram registados no sistema. Exemplo paradigmático é que, neste preciso momento, temos 336,24 milhões de dólares pen-

dentos de confirmação de desembolso. Se o ano terminasse agora, estes desembolsos não estariam no stock. Se, entretanto, os bancos confirmarem que já desembolsaram, o montante deve entrar no stock. Isto é só um dos factores que explica a discrepância”, respondeu, ao VALOR, o ministro gerido pela economista Vera Daves. “Temos de convir que não se trata de contradições, mas, sim, de dados reportados em momentos diferentes”, insiste o Ministério, referindo-se à “total abertura e transparência do Executivo na divulgação regular de informação sobre esta matéria”.

Para o maior partido na oposição, as discrepâncias dos números oficiais nos empréstimos do Estado reforçam a necessidade

11,6%

RECUO DA DÍVIDA
pública, entre 2017 e 2019,
segundo o ministro de Estado
e da Coordenação Económica,
Manuel Nunes Júnior.



600

Mil milhões de kwanzas, crescimento real da dívida das empresas públicas (Sonangol e Taag) em 2019

94

Por cento, proporção da dívida governamental no stock da dívida em 2019

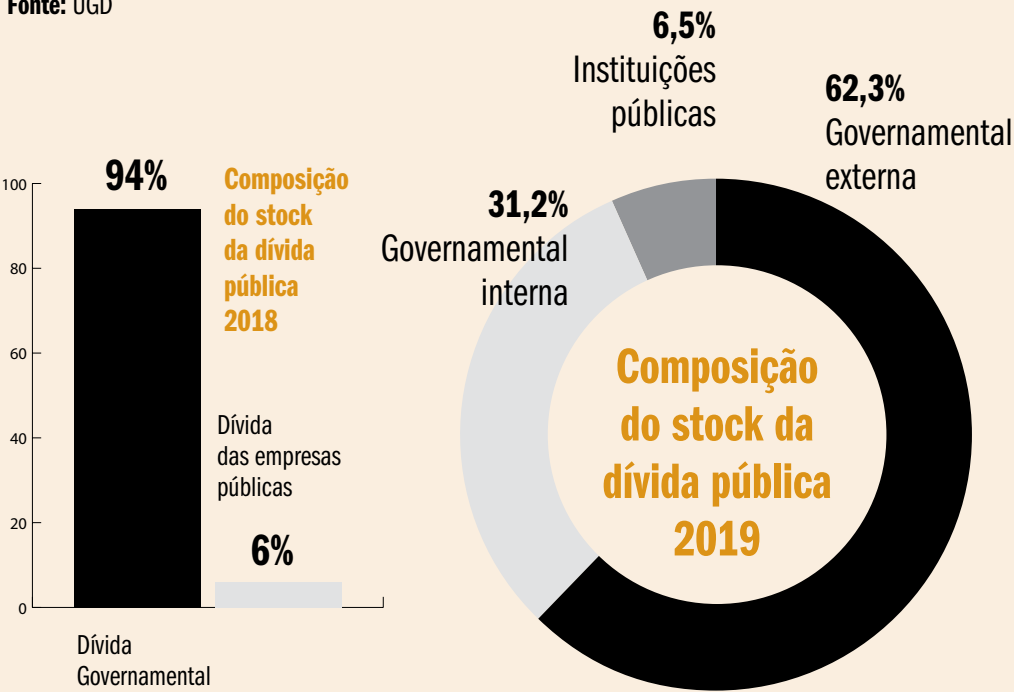
27,1%

Aumento real da dívida pública em 2019

Stock da dívida pública

Código	Descrição	2019	2018	Variação	
				Nominal (%)	Real (%)
	Stock dívida pública	34 319 845	23 081 773	48,7%	27,1%
1	Dívida governamental	32 101 211	21 709 480	47,9%	26,4%
1.1	Dívida interna	10 721 392	8 589 722	24,8%	6,7%
1.2	Dívida externa	21 379 819	13 119 758	63,0%	39,3%
2	Dívida das insit. Públicas	2 218 634	1 372 293	61,7%	38,2%

Fonte: UGD



putrefactos da corrupção sistémica, com escassos benefícios concretos para os angolanos”.

O partido liderado por Adalberto Costa Júnior lamenta as “limitações impostas à acção fiscalizadora da Assembleia Nacional pelo acórdão do Tribunal Constitucional” para destacar as dificuldades dos deputados em encontrar respostas, o que, para a Unita, “ensombra a transparência que se exige das contas públicas, uma das condições incontornáveis para o combate coerente à corrupção”.

Em Junho do ano passado, o Presidente da República, na condição de presidente do MPLA, apresentou preocupações em relação à dívida que sugeriram uma ratificação das questões levantadas pela Unita. No discurso de abertura do VII congresso extraordinário do MPLA, João Lourenço destacava que a dívida externa havia servido também para alimentar a corrupção. “A dívida pública, e particularmente a dívida externa, atingiu níveis tão altos, comparado ao que realmente se investiu nas infra-estruturas, porque ela serviu também para financiar o enriquecimento ilícito de uma elite restrita muito bem seleccionada na base do parentesco, do amiguismo e do compadrio, que constituíram conglomerados empresariais com esses dinheiros públicos”, sentenciou o Presidente, sem, entretanto, comprometer-se com uma auditoria externa, como tem exigido a Unita.

CRESCIMENTO REAL DE 27%
No Relatório de Execução Fiscal de 2019, o Ministério das Finanças assume um crescimento real da dívida pública (calculado com base em preços constantes) de 27,1%, contra os 48,7% de crescimento nominal, o que incorpora o efeito da inflação. Dos 23 biliões de kwanzas, a dívida elevou-se para os 34,3 biliões de kwanzas, aumento explicado com o crescimento de 6,0 biliões de kwanzas da dívida governamental externa e de 700 mil milhões de kwanzas da dívida governamental interna.

de uma auditoria externa, capaz de levantar o valor real da dívida pública. “Esta é uma exigência que temos feito desde 2017, pois entendemos que o stock da dívida é muito elevado e vai obrigar a sacrifícios enormes por parte dos contribuintes angolanos que são os que vão efectivamente pagar a dívida”, respondeu a Unita em declaração ao VALOR, através do seu vice-presidente da bancada parlamentar, Maurílio Lúiele.

Sublinhando que “auditar a dívida pública é também uma exigência moral se tivermos em conta que parte significativa da dívida contraída pelo Estado angolano não serviu os propósitos preconizados”, a Unita refere que os empréstimos do Estado acabaram “se perdendo nos meandros

Economia/Política



ENSINO SUPERIOR PRIVADO

Professores não recebem desde Março e relatam casos de depressão e fome

ENSINO SUPERIOR. Docentes exigem subvenção e financiamento. E há quem equacione sair às ruas se a situação não for resolvida. Outros relatam histórias complicadas e regresso à casa dos pais. Universidades privadas começaram a suspender contratos.

Por Isabel Dinis

Vários professores do ensino superior privado enfrentam dificuldades desde que foi decretado o estado de emergência, por não receberem salários desde Março e outros por auferirem apenas metade. A situação tem sido mais penosa para aqueles que não são efectivos e que dependem do salário pago

por estas instituições. Há relatos de casais separados, fome, depressão e sonhos adiados.

Um dos que enfrentam dificuldades é Célsio Tavares, professor de Economia, Finanças Públicas e Marketing, na Universidade de Belas (Unibelas) e no Instituto Superior Politécnico Kalandula (Ispeka). O facto de não ter família e viver ainda com os pais, ambos funcionários públicos, torna a situação menos “difícil”, por isso reconhece que o seu caso não é comparável “nem de perto” a quem tem família. “Tenho colegas cujas rendas terminaram e a família foi dividida. Cada um

regressou à casa dos pais. Colegas que queriam contrair matrimónio e não conseguiram. São muitas situações”, conta.

Por isso, considera que os professores universitários em Angola pertencem ao sector informal e compara a sua situação à de um roboteiro. “Não há diferença com a informalidade. Se o vendedor ambulante não vender não come. Nós também não comemos se não dermos aulas.”

Tavares critica o recuo do Governo por não ter permitido o reinício das aulas a 9 de Julho e sugere que seja criada uma política

de inclusão para os docentes que dependem apenas do privado. Em relação à política salarial, explica que, no Instituto Superior Kalandula, por exemplo, o salário é pago em função do número de aulas. “Pode receber-se num semestre 50 mil e no outro 300 mil kwanzas. Não temos contratos de segurança social nestes institutos. Na Unibelas, marcaram uma reunião e até o reitor não recebeu salários e alegavam que o dono estava em Portugal. No Kalandula, tivemos de assinar uns papéis e não passou disso. Depois alegaram que não estavam em condições de pagar”,

relata. Acrescenta que os professores efectivos e os colaboradores administrativos tiveram “sorte ligeiramente melhor”, ao receberem 50% dos salários. “No caso do Kalandula, a direcção criou um núcleo de 10 professores para serem efectivos já que o Ministério do Ensino superior exigiu. E são esses que recebem.”

Sobre os investidores, explica que “muitos foram gastando os lucros na construção de outros institutos em algumas províncias. Alguns já estavam na falência”, afirma.

Mauro José é professor colaborador de Matemática na Unibelas. Tem vivido através da ajuda de familiares. E entende que, no ensino superior, as aulas podiam retomar a 9 de Julho como estava previsto. “Temos de voltar à normalidade”, defende, sublinhando que não está em causa apenas a questão económica.

Professor na Universidade Óscar Ribas, Olívio Kilumbo acredita que não reiniciar as aulas é “mau” por diversas razões. Até entende os motivos do Governo, mas defende que, para o ensino superior, a situação podia ser “mais bem negociada e repensada”, antecipando que se avizinha um “cenário catastrófico para um país onde se perdem empregos quase diariamente”.

Kilumbo também não tem recebido salários, por ser contratado, mas não tem tido a situação tão complicada porque tem outras fontes de rendimento e a universidade privada é a segunda opção. “Mas a falta deste dinheiro representa uma quebra nas minhas contas uma vez que, para aliviar a pressão do custo de vida, temos de ter mais que uma fonte de rendimento. Afinal ninguém vive do salário, disse alguém um dia. ”O docente garante conhecer muitos professores cujas “famílias estão de rastros”. “O efeito ‘bola de neve’ começa nos jardins-de-infância e vai até ao ensino superior. São mais de 200 mil angolanos e estrangeiros numa situação aflitiva. Quem governa deve encontrar soluções”, desafia.

Professora colaboradora de Prótese Dentária e Farmacologia na Unibelas e no Instituto Superior Politécnico Internacional de Angola (Isia), Beatriz Matias depende do que recebe nas duas instituições para viver. Não tem salários desde Março, o que a coloca numa situação “difícil”. Vive em casa arrendada com o filho e tem uma trabalhadora que, em consequência, também não recebe salários. “O perigo de contaminação será que existe ape-

A DOTAÇÃO DA PRESIDÊNCIA da República foi reforçada com a revisão do OGE 202, passando de 25,1 para 31,9 mil milhões de Kwanzas com uma das novidades a ser os 3,3 mil milhões de Kwanzas destinados a reabilitação da casa protocolar B e sua transformação em clínica dentária, iniciativa que tem sido muito criticada.

13

Mil, quantidade de trabalhadores não docentes que terão os contratos suspensos

8

Mil e 883, número de docentes afectados pela decisão das instituições

MEMORIZE

● **Alguns professores** consideram “calúnia pública” informação do Ministério da Administração Pública Trabalho e Segurança Social (MAPTSS), segundo a qual 90% dos professores do privado têm também rendimentos do Estado.



nas nas salas de aula?”, questiona.

Hamilton Sulo é professor de Psicologia do Desenvolvimento e Avaliação de Intervenção Psicológica no Instituto Superior de Ciências Sociais e Relações Internacionais (CIS) e, tal Olívio Kilumbo, a situação não é tão complicada por ter outras fontes de rendimento. É colaborador do CIS e professor do ensino público. E é deste rendimento que tem vivido. Mas refere que, sendo o custo de vida em Angola tão alto, a falta de um ordenado deixou as finanças em défice. Assim como os demais professores, também entende que

o Governo deveria apoiar as instituições privadas. “Podia ser feito com linhas de crédito para que elas sobrevivam”, sugere.

INSTITUIÇÕES SUSPENDEM CONTRATOS

Várias instituições do ensino superior têm suspenso os contratos com os colaboradores, entre professores e funcionários não docentes, até que as aulas retomem. Segundo a Associação das Instituições do Ensino Superior Privadas de Angola (Aiespa), são oito mil e 883 professores que vão ficar sem trabalho e mais de 13 mil colaboradores. A instituição avisou da intenção, numa carta enviada ao Presidente da República e a vários ministérios. Aguarda por uma resposta até 9 de Agosto e o porta-voz, Laurindo Viagem, alerta para riscos de falência.

Entretanto, muitos professores revelaram ao VALOR que ainda não receberam as respectivas comunicações de suspensão dos contratos. É o caso, por exemplo, de Mauro José que insiste que a situação em que os professores do ensino privado vivem podia ser resolvida se “houvesse vontade política”. Olívio Kilumbo também não tem informações se a Universidade Óscar Ribas vai suspender os contratos com os professores efectivos. Acredita que os fundos de desemprego e o da segurança social, “se tivessem fôlego e saúde financeira”, seriam um bom ‘salva-vidas’. Mas critica a “má gestão” destes fundos e que, por causa da pressão, acredita que não suportariam. Como alternativa, olha para os bancos que “poderiam ajudar as empresas que apresentam condições de devolver dinheiro emprestado”.

DADOS “CALUNIOSOS”

Na semana passada, o Ministério da Administração Pública Trabalho e Segurança Social (MAPTSS) apresentou dados, dando conta que 90% dos professores do privado têm também rendimentos do Estado.

Célsio Tavares considera uma “calúnia pública” e coloca em dúvida a seriedade da fonte de informação do MAPTSS para avançar com esses dados. Ele próprio assume ser uma referência sem vínculos com o Estado, tal como muitos colegas que conhece.

As aulas em Angola foram suspensas desde que foi decretado o estado de emergência no final de Março.

CORTE NA PRODUÇÃO PETROLÍFERA

Angola obrigada a compensar violação do acordo da OPEP

PETRÓLEO. No primeiro período do acordo, Angola produziu acima da quota a que tem direito. Foi obrigada a compensar em Julho, mas conseguiu uma moratória para o final do mês.

Por César Silveira

A

ngola não respeitou a quota a que tem direito nos primeiros dois meses de vigência do acordo de corte da produção alcançado em Abril entre a Organização dos Países Produtores de Petróleo (OPEP) e os parceiros liderados pela Rússia.

À luz do acordo, que entrou em vigor em Maio, Angola deveria produzir, em média, 1.180 mil barris tanto nesse mês como em Junho, mas a produção do país esteve sempre acima. Em Junho, foi de 1.230 mil, representando um aumento de oito mil barris face a Maio, em que a média de produção foi de 1.222 mil barris, de acordo com os dados da OPEP, baseados nas fontes primárias.

Pelo incumprimento, segundo ao que apurou o VALOR, Angola

terá de compensar ao longo da vigência do acordo que vai até Abril de 2022. Ou seja, durante os dois intervalos que ainda restam para o término do compromisso.

Fontes do VALOR garantiram que Angola foi pressionada a compensar ainda este mês, entretanto, acabou por conseguir moratória para que os ajustes ocorram mais para o fim do ano. Uma informação que, de resto, também é dominada pelo investigador José Oliveira, do Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica (Ceic/Ucan). “Angola diz que vai compensar nos últimos quatro meses do ano. Eles queriam que Angola comesse a compensar em Julho, mas Angola disse que ainda não conseguiria”, refere José Oliveira, atribuindo a decisão angolana à baixa no mercado. “Como os preços estão muito baixos, a parte da produção que vai para a concessionária é muito baixa e há os compromissos que Angola tem”, esclarece.

Fonte da Agência Nacional de

Petróleo e Gás (ANPG) confirmou, por seu lado, o compromisso de Angola compensar a violação do acordo. “A situação está controlada”, referiu, salientando que “o mais importante é que, no total, como um todo, a OPEP atingiu 99% de performance”.

O segundo período do acordo vai de Julho a Dezembro de 2020 e, para este intervalo, a quota atribuída para Angola é de 1.249 mil barris por dia. Entretanto, na quarta-feira, 15, os parceiros concordaram reduzir as restrições, passando o corte global de 8.0 milhões de barris por dia para 7,7 milhões de barris por dia. No entanto, apesar do corte global, a quota para Angola deve manter-se nos 1.249 mil barris dia, segundo a mesma fonte da ANPG.

O terceiro e último período está previsto para entre Janeiro de 2021 e Abril 2022, sendo que a produção nacional, nos termos deste acordo, passará para 1.319 milhões de barris por dia, visto que o corte global será de 6.0 milhões de barris por dia.



Em Maio e Junho a produção média de Angola devia ser de 1.180 mil barris/dias

Mercados & Negócios

FABRICANTE NORTE-AMERICANA CONTINUA À ESPERA DA PARTE ANGOLANA

Negócio ‘malparado’ com a Boeing força redução do capital social da TAAG

AVIAÇÃO. Capital social da companhia baixou de 700 para 127 mil milhões de kwanzas e fonte do Ministério dos Transportes garante que para a decisão pesou o recuo na compra de 14 aeronaves.



Por César Silveira

A recente decisão do Presidente da República de reduzir o capital social da Taag de 700 mil milhões para 127.007 milhões foi forçada, em grande medida, pela indecisão no programa de reforço da frota da companhia com 14 aeronaves, sobretudo na compra das 14 aeronaves à Boeing, de acordo com fonte do Ministério dos Transportes.

“O capital social anterior era de difícil realização e foi determinado numa perspectiva de crescimento da empresa em que se previa a aquisição de 14 aeronaves. Como este negócio não

se efectivou, há a necessidade de se corrigir para valores cuja realização seja exequível para os sócios, quer em numerário, quer em espécie”, argumentou.

No decreto que aprova a redução do capital social, além de outras alterações, o Presidente João Lourenço justifica a decisão com a necessidade de se adequar o valor nominal do capital social face à actual conjuntura económica e a execução do Plano de Reestruturação da empresa aprovado em Janeiro de 2018, altura em que se tinha fixado o capital social nos 700 mil milhões, agora revistos.

A razão apresentada pela fonte do VALOR indicia desistência definitiva, pelo menos para já, da compra das aeronaves da Boeing. Preferindo insistir que

o processo “continua em standby”, a fonte admite, entretanto, que a retoma do negócio pode não acontecer tão cedo.

“Continuamos em standby, mas, até lá, a empresa precisa de trabalhar. Houve um parecer negativo do FMI, por isso, avançou-se só com a Bombardier. O país não tem dinheiro”, argumenta.

As incertezas do processo de reforço da frota da companhia iniciaram em Abril de 2018 quando o Presidente João Lourenço cancelou a autorização, que tinha concedido em Janeiro do mesmo ano ao ministro dos Transportes “para celebrar contratos de compra e venda de aeronaves com as empresas Boeing e Bombardier, bem como desencadear os instrumentos para estruturar e montar a

tificado com a necessidade de ser elaborado “um estudo mais aprofundado com vista à implementação do Plano de Reestruturação e Modernização da Frota de Aviação da Taag”. Estava prevista a aquisição de 14 aeronaves Boeing, além de 11 do tipo Dash8-400s, da Bombardier.

Posteriormente, surgiram sinais de recuo do Executivo na decisão de cancelamento do processo de aquisição das aeronaves. Em Setembro de 2019, entretanto, oficializou-se o recuo, mas apenas em relação à aquisição das Dash-8 (da ex-Bombardier). E, ao contrário das 11, a compra ficaria pelas seis aeronaves.

INDECISÃO NA RELAÇÃO COM A BOEING

Apesar de a fonte do Ministério dos Transportes garantir que a posição de standby adoptada pelo Governo está “devidamente concertada com a Boeing”, sobretudo porque a “própria Boeing está a solicitar o adiamento dos prazos de entrega, visto que a crise está para todos”, fonte da construtora americana conta outra versão ao VALOR.

“Não solicitámos nenhum adiantamento nos prazos de entrega. O único problema é que, até agora, o Governo de Angola não tem efectuado os pagamentos conforme o contrato assinado”, garantiu, acrescentando que, dos 62,9 milhões de dólares que Angola teria de pagar de Pre-Delivery Payments, pagou apenas perto de 1,9 milhões de dólares, além de 4 milhões de assinatura do contrato. Em Abril, outra fonte da construtora garantiu ao VALOR que, em caso de o negócio não se concretizar, a Boeing exigiria o pagamento da totalidade dos 62,9 milhões de dólares.

62

Milhões de dólares, valor que o Governo deveria pagar como Pre-Delivery Payments

operação de financiamento para a aquisição das aeronaves e negociar o refinanciamento de duas aeronaves Boeing 777-300 ER”.

Na ocasião, o PR cancelou também a autorização que concedeu à Taag para a “negociação de financiamento do fornecimento das aeronaves”. O recuo foi jus-



15
anos

**PRODUZIMOS JUNTOS,
CRESCEMOS JUNTOS.**



**O Banco BIC está ao seu
lado nas Pescas, na Pecuária
e na Agricultura.**

Prazo Máximo de Financiamento: de 2 anos (24 meses) a 8 anos (96 meses).
Garantia Pública: até 75% do valor do capital financiado.



LINHA DE ATENDIMENTO BIC
+(244) 923 190 870
Serviço disponível 24H

www.bancobic.ao



BancoBIC

Crescemos Juntos

DEJURE



Mário Mujica © VE

CÓDIGO DO PROCESSO PENAL

Votação final global na quarta-feira

LEGISLAÇÃO. Deputados vão proceder igualmente à votação das propostas de Lei sobre os símbolos autárquicos, a que altera a Lei dos Contratos Públicos, bem como as propostas de Lei sobre o Regime Jurídico das Zonas Francas e a de Bases do Sistema de Pagamentos.

Por Redacção

A

pós a aprovação do relatório parecer das comissões de trabalho especializadas, a Pro-

posta de Lei que aprova o Código de Processo Penal vai à votação final global esta quarta-feira, na 11.ª sessão plenária ordinária da Assembleia Nacional.

A aprovação do Código do Processo Penal, cujas discussões na especialidade começaram em Maio do ano passado e terminaram no mês passado, vai revogar o Código do Processo Penal vigente, aprovado e promulgado em 1929 e a respectiva legislação complementar.

O documento pretende adequar as normas processuais penais à realidade jurídico-constitucional e efectivar os direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos consagrados na Constituição.

A plenária prevê igualmente a votação final global da Proposta de Lei sobre os Símbolos das Autarquias, a Proposta de Lei que altera a Lei dos Contratos Públicos.

A votação final global da Proposta de Lei sobre o Regime Jurídico das Zonas Francas e a Proposta de Lei de Bases do Sistema de Pagamentos de Angola são alguns dos 15 pontos da agenda da 11.ª sessão do dia 22.

Para discussão e votação na generalidade, estão também preparados vários diplomas, como a Proposta de Lei que altera a Lei de Bases do Sector Empresarial Público, bem como a Proposta pretende introduzir, no ordenamento

jurídico, a figura das 'Golden Shares', igualmente designadas por acções privilegiadas.

O desígnio é garantir que as empresas objecto de privatização ou as sociedades comerciais, inseridas em sectores estratégicos em que o Estado ou outras entidades públicas detenham participações públicas minoritárias, tenham, à sua disposição, mecanismos que salvaguardem os interesses estratégicos do Estado nesses sectores, sem prejudicar o seu funcionamento.

Para discussão e votação na generalidade, está também a Proposta de Lei de Sustentabilidade das Finanças Públicas, que visa garantir o reforço da eficácia dos instrumentos de gestão de finanças públicas, de médio prazo e consolidar as regras fiscais.

O documento estabelece as regras e os processos que regem a implementação da política fis-

cal, com o objectivo de assegurar a estabilização macroeconómica e a sustentabilidade das Finanças Públicas.

CONTROLO RIGOROSO

Os deputados desafiaram o Executivo a disponibilizar um sistema de informação que os permita acompanhar, com rigor, a execução orçamental, no âmbito da discussão, na Especialidade, da Proposta de Lei de Revisão do Orçamento Geral do Estado para o exercício económico de 2020, que teve início na passada quinta-feira.

Os parlamentares, face ao registo de "constantes desvios do erário", pediram uma maior articulação entre o processo orçamental e o controlo da execução. Um exercício que se impõe, segundo os parlamentares, sobretudo por ainda existirem projectos por concluir já inscritos em orçamentos anteriores.

PRÓXIMO MÊS

Imposto sobre os veículos motorizados entra em vigor

A nova Lei do Imposto sobre os Veículos Motorizados aprovada pela Assembleia Nacional, em Junho, e publicada em Diário da República a 13 deste mês, entra em vigor já a partir do próximo mês e vai ser pago de Janeiro a Junho de cada ano, sendo reportado ao exercício anterior.

O diploma, que passa a tributar as aeronaves e embarcações e eleva a taxa de circulação à categoria de imposto, determina valores fixos, que, entretanto, podem ser ajustados na Lei que aprova o OGE.

Foram fixados valores que variam entre 1.850 e 15.350 kwanzas, por ano, para os motociclos, ciclomotores, triciclos, quadriciclos e veículos ligeiros e pesados, enquanto para as embarcações, os valores variam entre 250 mil kwanzas e 5.052.556 kwanzas.

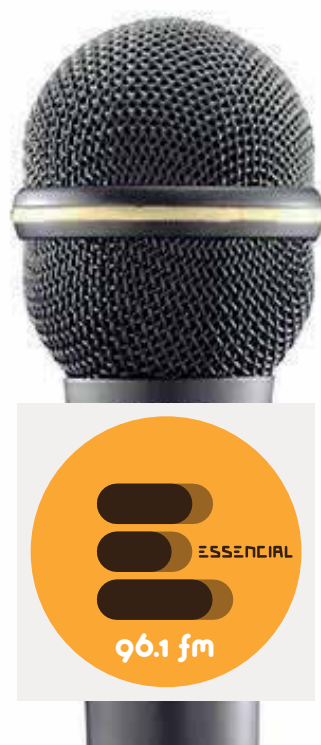
Já para as aeronaves, os valores variam entre 500 mil kwanzas e 5.146.684 kwanzas. O valor a pagar é determinado tendo em conta a cilindrada do motor, para os automóveis ligeiros, ciclomotores, motociclos, triciclos e quadriciclos, e a tonelagem para os pesados, e o peso máximo autorizado à descolagem, para as aeronaves, a tonelagem de arqueação bruta, para as embarcações o ano de fabrico.

O Estado, as autarquias, os institutos públicos, partidos políticos, missões diplomáticas e consulares, quando haja reciprocidade e organizações internacionais, ficam isentos do pagamento do imposto sobre os veículos automóveis.

O diploma determina que nenhum acto de registo ou licenciamento sobre veículos motorizados pode ser praticado pelas entidades competentes sem que o interessado prove o pagamento do imposto devido.

O QUE É ESSENCIAL NOS DIAS DE HOJE?

96.1 fm



Gestão

GESTÃO DE CRISE, POR BARTOLOMEU DIAS, EMPRESÁRIO E GESTOR

Como ajudar a sua indústria a sobreviver a Covid

1. REESTRUTURAÇÃO FINANCEIRA E OPERACIONAL

● É preciso cortar custos e isso exige o exercício do levantamento de dados de cada actividade para análise com carácter de urgência dos ajustes possíveis porque uma crise causa em primeira instância perda de poder de compra e com isso, quebra nas vendas. Considere que visitas a unidades fabris e empresas fora da capital carecem de autorizações especiais para trânsito interprovincial e maximize as comunicações com os responsáveis das diferentes unidades via online ou telefónica (tenha paciência para aguentar os cortes e interrupções nas linhas) para se manter a par das actividades e dificuldades em tempo útil.

● Enfrente a realidade e seja rápido a implementar cortes de produção e respectivos ajustes do quadro de pessoal à produção reduzida. A proibição de despedir acumula passivo para as empresas que têm de continuar a acumular encargos, por isso tenha em conta a legislação de excepção para despedimentos do actual momento, empresa que não vende não pode pagar salários, seja pragmático.

● Procure formas de injectar capital nas empresas ou indústrias que tem de salvar. Analise aumentos com recurso a autofinanciamento e parcerias com outros empresários.

2. REESTRUTURAÇÃO DE DÍVIDAS

● Com as instituições a retraírem a cedência de crédito (que já era muito reduzida) e com o cash flow da sua empresa comprometido, é preciso procurar renegociar dívidas com credores é manter o contacto é essencial. As dívidas à banca devem ser renegociadas idealmente para um período de 5 anos que permita ultrapassar a fase de incerteza

Os conselhos de gestão universais são bons, mas os de angolanos para angolanos podem ser melhores no que toca a navegar a crise em contexto nacional. Com a perspectiva de quem está no terreno há três décadas, em diferentes sectores, a gerir as características próprias do mercado, contexto, mão-de-obra e relações institucionais locais, aqui ficam passos essenciais para reestruturar a sua empresa ou indústria, e, sobreviver a mais esta crise em que a gestão corrente das empresas está seriamente condicionada.



Bartolomeu Dias
criou a sua primeira
empresa, a Angoinform,
em 1991

causada pela crise e pela pandemia.

● Por outro lado, para muitas empresas que fornecem ao Estado é preciso fazer o exercício de pressionar para recebimento das dívidas sem recurso a títulos, que não sendo indexados perdem valor diariamente devido à desvalorização da moeda.

● Tanto junto do Estado para recebimento de valores devidos, nesta fase em que as empresas precisam de cash flow

para sobreviverem, e mais as indústrias, bem como para intervenção em bloco para renegociação de dívidas de indústrias produtivas junto das instituições financeiras, seria instrumental a acção intensiva e concertada das associações de empresários e industriais.

A união dos empresários que produzem a uma só voz, nesta fase, é vital para advogar a sobrevivência das empresas junto da banca e das instituições públicas.

3. REESTRUTURAÇÃO DA CADEIA LOGÍSTICA E DE PRODUÇÃO

● Este ponto vital implica a reavaliação de cadeias de fornecedores, transportes, alfândegas, armazéns e distribuição, porque a pandemia afectou todos os sectores e há fornecedores que perderam a capacidade ou fecharam e há outros a praticar novos preços, mudanças que exigem adaptações rápidas particularmente no nosso contexto em que a matéria prima é frequentemente importada. As mesmas convulsões são visíveis na distribuição com lojas e mercados a fecharem portas e as medidas do estado de calamidade a reduzirem os horários, e com isso o volume de vendas.

● Tenha uma equipa dinâmica para acompanhar estes desenvolvimentos. No âmbito da cadeia logística é preciso maior e mais rápido acompanhamento dos processos de franqueamento, licenciamento, cartas de porte e transferências de modo a não comprometer cumprimentos de contratos que podem ser honerosos, ou relações com fornecedores e clientes vitais para a sua empresa. Recentemente uma transferência internacional para pagamento a um fornecedor, depois de duas semanas em processamento, obrigou a um depósito extra (com um prejuízo de 10 mil USD) para compensar a desvalorização monetária desse período. Há intervenientes que não dependem da sua acção mas garanta que a sua parte no processo de licenciamento decorre com a maior celeridade possível para não perder tanto dinheiro.

● Felizmente os prazos de caducidade do nosso produto mais perecível, o óleo, são longos, no entanto para indústrias voltadas para perecíveis com curto prazo de validade, como lacticínios, a gestão de stocks tem de ser bem mais vigiada porque as quebras de poder de compra e os entraves às vendas vão traduzir-se em desperdícios acima dos 10% que minam a viabilidade da empresa. Mais uma vez é preciso acompanhar a par e passo as vendas e adequar os níveis de produção ao que consegue escoar.

6

PONTOS CHAVES
apresentados pelo
empresário para fazer
face aos desafios impostos
pela pandemia

**Grupo BD um universo
de 22 empresas que
empregam mais de três
mil funcionários**



Indústria

4



Transportes e logística

6



Serviços

5



Construção e Imobiliário

5



Finanças e investimentos

2



4. ADAPTAR PRODUÇÃO PARA O QUE VENDE AGORA

● O que tiver de parar por não ter saída ou estar interdito pelas normas, que pare, mas procure adaptar o seu negócio ao que vende agora, faça a leitura de mercado e volte-se para os produtos de maior utilidade. Uma das fábricas nos planos do grupo subiu na escala de prioridades porque vai produzir luvas. No entanto, “a fome tem a idade do homem” por isso comida vai sempre vender ainda que em quantidades mais repartidas e preços mais baixos, à medida que a classe média se torna pobre e a pobre se torna miserável, há que gerir a realidade da perda generalizada do poder de compra dos angolanos. Medicamentos e produtos hospitalares são outras áreas que vale a pena estudar possibilidades de intervenção nesta fase, se for possível adaptar os canais de fornecimento ou produção da sua empresa.

● No entanto, no que toca ao sector industrial as possibilidades

de adaptação são limitadas ao equipamento existente. É preciso lembrar que qualquer alteração, qualquer peça ou componente novo pode significar custos elevadíssimos (nesta altura muito difíceis de financiar) e tempo de paralisação à espera de peças ou novas máquinas. Uma fábrica que faz pão por exemplo, não passa do dia para a noite a poder fazer pão com farinha de mandioca porque as máquinas não estão preparadas para isso.



5. REAVALIAR NECESSIDADES DO PESSOAL ESSENCIAL

● Apesar de nas indústrias a redução de pessoal ser quase impossível porque estão normalmente optimizadas de acordo com as necessidades de operação e controle do equipamento, a implementação das normas para combate à Covid-19 implica por exemplo que mães com filhos pequenos e pessoas de risco permaneçam em casa, o que significa que terá menos pessoal disponível e redução de horários em muitos casos. Reavalie as disponibilidades e necessidades de staff tendo em conta as normas.

● Quesitos como transportes, podem estar dificultados pelas restrições do actual estado de calamidade, permita maior flexibilidade e compreensão caso a caso dos constrangimentos do dia-a-dia que aumentam substancialmente, sem deixar ferir a cultura de pontualidade da empresa. Promova formação no uso dos materiais de biossegurança no espaço de trabalho.

6. EVITE O PÂNICO

● No que toca à indústria, que no nosso país é um sector com muito por onde crescer e vital para o emprego, lembre-se que uma paralisação fabril é onerosa porque tem de pagar salários dos funcionários a manter ou indemnizações em caso de despedimento e que os equipamentos se deterioram rapidamente sem utilização e manutenção atempada, tudo factores que tornam muito difíceis e caras as reactivações. Paralisação é um último recurso. Manter o foco, aumentar o comprometimento e a atitude empreendedora é decisivo nesta fase para manter o discernimento e tomar decisões informadas e de cabeça fria.

● Estão muitos empresários a vender ao desbarato empresas que levaram anos a construir porque esta crise, sobreposta à crise séria que já se vivia, levou muitos ao desespero absoluto. É preciso lembrar que as crises são passageiras e que também trazem oportunidades, arregace as mangas e, ao trabalho.

O grupo BD foi nomeado em Abidjan um dos melhores grupos económicos em África pela Africa Economy Builders Awards em 2015, e o seu PCA pela Forbes um dos 40 líderes de sucesso que fizeram a diferença no panorama da economia nacional.

(In)formalizando

NA PERIFERIA DE LUANDA

Jogos mecanizados criam negócios

RENDIMENTOS. Chineses têm licença para máquinas de ‘sorte e azar’ que ‘prometem’ dar muito dinheiro. Comerciantes angolanos aproveitam as enchentes e chegam a fazer, em média, 80 mil kwanzas mensais.

Por Guilherme Francisco

Jogos ‘dos chineses’ ou ‘das moedas’ são as identificações, dependendo da localidade, para um jogo mecanizado em propagação em diferentes bairros da de Luanda. No exterior de cantinas, roulottes ou casas de bebidas, é comum encontrar uma máquina de jogo, semelhante às populares electrónicas da sorte presentes em casinos ou casas de jogos. Na introdução de cada moeda, no valor de 50 ou 100 kwanzas, o utilizador tenta ganhar de “200 até ao infinito”, assim garantem os jovens que controlam as máquinas. Porém, a expressão é fictícia porque o valor máximo do vencedor nunca passa dos sete mil kwanzas, raramente alcançáveis.

O jogo, tão concorrido e desejado por crianças e mais velhos em aglomerados, transformou-se num rendimento extra para os pequenos comerciantes das zonas

MEMORIZE

● Por cada mil kwanzas, o comerciante entrega 800 ao dono da máquina que é de nacionalidade chinesa. De 15 em 15 dias, os donos procedem à recolha dos valores da caixa no interior da máquina.

80

Mil Kwanzas, receitas mensais estimadas com a venda dos jogos mecanizados

periféricas da capital, em especial em Viana, Belas e Kilamba Kiaxi. Segundo contam, chegam a facturar, em média, durante duas semanas, 20 mil kwanzas ou mais. Por cada mil kwanzas, o comerciante entrega 800 ao dono da máquina que é de nacionalidade chinesa. De



cos chineses sabem manuseá-las, desde o concertar para jogos e até à retirada do dinheiro na caixa. No entanto, há sempre truques que os angolanos inventaram para realizar pequenos desvios.

A Licença de Recinto de Espectáculos ou Divertimento Públicos, passada pela Comissão Administrativa de Luanda a 18 de Junho de 2020, entregue aos comerciantes pelos chineses a que o VALOR teve acesso, refere que as máquinas espalhadas por Luanda, e em alguns pontos do país, são propriedades da firma Wynn A.S Comércio Serviços, situada no bairro Rangel. A licença autoriza a exploração na sede da empresa e determina uma lotação até de 20 participantes. O documento não autoriza, no entanto, sessões de jogos à porta de estabelecimentos nos outros bairros de Luanda, como normalmente acontece.

O VE tentou entrar em contacto com a empresa, dona da licença, mas não constam dados, nem números de telefone que provem a existência. Os comerciantes angolanos são contactados pelos proprietários, mas nunca se dá o caso de serem os angolanos a tomar a iniciativa, precisamente por falta de contacto.

À MARGEM DA LEI

A máquina de jogos foi autorizada pelo Instituto de Supervisão de Jogos, adstrito ao Ministério das Finanças, mas a empresa não está regulada, esclarece o advogado Aldemiro Quintas ao VE. O jurista lembra que o facto de a Comissão Administrativa de Luanda autorizar a operação no estabelecimento sito no Rangel “não confere legitimidade de explorar” em outros municípios.

“A licença é específica, limita a exploração da actividade noutros pontos de Luanda e do país, ainda mais, uma vez que, a actividade é de natureza informal. Os mecanismos de controlo não são eficazes. Cabe às administrações utilizarem o seu poder de fiscalização”, observa. “O Estado é quem mais perde por falta de controlo porque a empresa em questão não paga imposto”, sublinha o advogado.

Por outro lado, pela característica do jogo, Aldemiro Quintas admite que pressupõe riscos para menores de idade. A maioria “adere ao jogo sem o mínimo de controlo e isso suscita outras formas ou apetência de ter dinheiro de forma fácil”, adverte Aldemiro Quintas.

15 em 15 dias, os donos procedem à recolha dos valores da caixa no interior da máquina. 200 kwanzas, por cada mil, são entregues ao comerciante-colaborador, ou seja, se tiver uma facturação a rondar os 20 mil são entregues quatro mil kwanzas de comissão.

“O dinheiro não é muito, mas dá para fazer alguma coisa porque até só controlamos, não investimos e em troca temos um dinheirinho no bolso, a depender de quanto facturei até a data em que vem buscar o dinheiro”, conta Mazambi, proprietário de uma casa de bebi-

das na zona da Maria Eugénia, Kilamba Kiaxi.

Apesar de os comerciantes colaboradores controlarem as máquinas, somente os chineses conseguem tirar o dinheiro da caixa, bem como os seus auxiliares angolanos. Todavia, estes devem tirar o dinheiro transmitindo em directo via ‘whatsapp’, de modo, que o patrão possa certificar de que não há desvios.

Um dado curioso é que todas as máquinas são enumeradas e de difícil programação, factores que supostamente deveriam afastar roubos porque somente os técni-

Mário Muijes © VE

Do sonho à obra feita, um só parceiro à altura



Do betão às máquinas, estamos sempre prontos para pôr mãos à obra



Estrada das Terras Verdes, Km 1 Caop Velha Funda - Cacuaco - Luanda
Escritório: (+244) 928 981 644
comercial@concerraangola.co.ao | www.concerraangola.co.ao

Opiniões

Ecossistemas de negócios – quão importantes para o futuro?



Luís Files, Senior Manager EY, Assurance Services

Entre diversas incertezas que continuam a resultar da pandemia da covid-19, parece existir, pelo menos, uma certeza: a alteração das expectativas e comportamentos dos consumidores e negócios. À medida que diversos países buscam uma nova ordem de normalidade, cerca de 42% (fonte: EY Future Consumer Index) dos consumidores acredita que a forma como irão consumir no futuro se alterou definitivamente. O “anxious consumer” que emerge da pandemia irá adoptar um mindset de “permanente alerta”: mais consciente da importância da higiene, compras menos frequentes, mas em maiores quantidades e compras online com maior frequência.

A pandemia revelou diversas falhas na forma como gerimos a nossa economia e sociedade, os nossos governos e como fazemos negócios. Estas incluem fraquezas nas nossas cadeias de abastecimento, sistemas de saúde sobrecarregados e investimento insuficiente na digitalização de diversos sectores de negócio.

Este é um momento crucial para repensar o futuro, pensando no que é possível realizar através da busca de novas oportunidades, ao invés de procurar regressar ao passado recente interrompido pela pandemia. Os negócios terão de ser mais resilientes e criativos para operar de forma bem-sucedida no mundo bastante diferente que está a surgir. Terão

de prestar maior atenção às tendências e padrões do mercado – o que as pessoas estão a dizer e o que estão a consumir. Novos e diferentes produtos e novas formas de produção e fornecimento terão de ser avaliados. Para responder a estes desafios, as organizações devem olhar para os seus ecossistemas – empresas ao longo da cadeia de produção, novas alianças, e colaboração entre diferentes sectores. Quanto maior for a capacidade de cooperarem no contexto do seu ecossistema, maior será a probabilidade de sucesso nessa adaptação ao futuro. Alguns dos desenvolvimentos que poderão surgir da colaboração intra-sectorial incluem: serviços de telemedicina/medicina ao domicílio, suportados por ligações 5G, inteligência artificial e Internet of Things (i.e. interconexão digital com objectos); novos sistemas de logística e entregas que resultem da colaboração entre negócios de compras online, lojas físicas e plataformas de entregas; melhoria da segurança dos alimentos através de tecnologias de protecção de cultivo e maior visibilidade acerca da origem e armazenamento dos produtos. Não é certa qual, e como, será a nova ordem mundial durante as próximas fases da pandemia, mas é certo que o mundo alterou significativamente e é necessário agir com rigor e agilidade, devendo assentá-las em propósitos e valores identificáveis e concretos, de forma a redefinir o valor dos negócios, a longo prazo, para os stakeholders, para a economia e para a sociedade. As escolhas dependerão, em larga medida, das respostas às seguintes questões: Como servir melhor os clientes face às suas novas necessidades e preocupações? Como fazer uso da tecnologia para agilizar as operações e aproveitar as novas oportunidades? Como colaborar com outros membros do nosso ecossistema para responder aos desafios e enfrentar o futuro?

Vamos Nacionalizar as Escolas Privadas e Treinar os Professores



António Vieira, ex-director-geral da Cobalt Angola

Em dias de covid-19, a sociedade está em pânico. E não é caso para menos, embora pudesse ser. É, na realidade, problemático, sobretudo se tivermos em consideração o nosso estado de preparação para uma “crise” de tal dimensão.

Porém, esta crise abrange outros sectores. E o mais importante é o sector da educação, um sector que está praticamente paralisado devido à crise. Num pingue-pongue nunca dantes jogado, o Governo determinou o pagamento parcial das propinas às quais os estudantes do ensino privado estão obrigados. O Governo entrou pela avenida do ensino privado, interferiu com a actividade privada e determinou que poderiam cobrar uma parte.

E é aí que reside mais um dilema. E este dilema toma proporções grandiosas porque envolve o ‘lobby’ mais poderoso da nossa sociedade, o grupo de pais e alunos e o grupo dos ‘mercenários’ do ensino. O primeiro, importante pelo poder de voto e pela sua dimensão orgânica, e o segundo pelo seu histórico e associação aos deuses cá do burgo.

É do conhecimento de todos nós que o nosso ensino foi por nós próprios colocado na posição ingrata da ineficiência em que se encontra nos últimos vinte e cinco anos. Como resultado desse marasmo, nós, os que tínhamos (temos?) posses, mandámos os nossos filhos para o exterior. Afinal de contas, sempre se conseguiam uns dólares, euros, libras e rands para pagar colégios fora do país. Da mesma forma, como

a religião privilegiou a educação para o clero e para a nobreza, nós privilegiamos os filhos do poder e dos novos-ricos, os nossos nobres. Tudo isso em desfavor do grande público, o nosso povo. Foi nos anos noventa que se começou a mandar os filhinhos para o exterior do país, enquanto alguns filhos do povo iam para Cuba.

Os portugueses, e logo a seguir os franceses, passaram ao ataque, viram o negócio e estabeleceram escolas privadas com carácter ‘de estado’ no país. Era conveniente, era para os filhos de portugueses e franceses, respectivamente. Depois alargaram o leque de estudantes e permitiram alguns filhos de indígenas. O negócio é rentável.

E é aí que os nossos ‘craques’ do ensino decidiram ‘imitá-los’ e começaram a abrir escolas, colégios, institutos e até, sem vergonha na cara, universidades. A mercenarização do ensino ganhou tal dimensão que hoje, com um exército de cerca de 200.000 proletários, tem força suficiente para encostar o Governo à parede e exigir que o Governo determinasse que se pagasse uma fasquia das propinas mesmo sem leccionarem. Ridículo. Porém, sendo os colégios de quem são, o Governo cedeu. E os pobres dos filhos dos desempregados pobres, o grupo de pais e alunos reagiu e fez-se ouvir. Foram à guerra, esgueiraram-se no populismo, e não cederam.

O resultado foi a elaboração dum novo decreto, que, contrariando e ultrapassando o anterior, ordena o não pagamento de propinas. Está decretado.

Surge agora o lobby dos mercenários do ensino a reclamar com ameaças de se fecharem colégios, institutos, universidades. Surge agora o lobby dos mercenários do ensino a ameaçar lançar ao desemprego mais de 200 mil proletários. Só espero que o Governo não se predisponha agora a financiar esta gente.

Quando se propuseram a abrir

os ditos centros de ensino, fizeram-se empresários. Fizeram-se gestores comerciais. E, para tal, fizeram os estudos de viabilidade necessários e avançaram com o negócio. O fim do negócio é a obtenção de lucros. E ganharam (continuam a ganhar) muito dinheiro. E tiveram lucros chorudos. A maioria dessas instituições já alargou as suas operações de tal modo que muitas delas são hoje irreconhecíveis, proprietárias de propriedade horizontal de alto gabarito. A título de exemplo, a escola portuguesa de Luanda mudou-se da baixa para o Largo das Heroínas e até abriu filial no Lubango. Tudo isso porque o ensino dá lucro. Muito lucro. É um grand’á negócio: cobram muito e pagam mal os professores.

Nesta altura de crise, os donos desses negócios precisam de meter as mãos nos bolsos (e partilharem o lucro dos anos anteriores) para manterem o negócio de pé, tal como todos os outros negócios no país. E, muito provavelmente, para não pagarem a quem não faz nada, deveriam organizar cursos online para a melhoria da qualidade do ensino que é ministrado. 2020 é uma excelente oportunidade para os proprietários de instituições de educação treinarem os professores que têm à sua disposição. Se fizerem isso, em 2021 teremos professores de melhor qualidade e mais capazes de colocarem no mercado gestores de mais alto calibre. Porque, afinal de contas, o que falta em Angola são gestores treinados para serem gestores. Está a chegar a altura de termos gestores a gerir empresas, não curiosos em gestão mesmo quando têm anos de experiência no ramo, como acontece na educação.

Entretanto, o que fazem? Ameaçam a sociedade fechar os seus colégios. Pois que fechem. E que o Governo imediatamente nacionalize tudo o que for propriedade deles e transforme esses colégios em escolas públicas. E que treine os professores conforme sugerido atrás. E este país de todos nós, que até merece ter um ensino público de qualidade, começará a caminhar nessa direcção. Nacionalizar o que foi roubado ao povo para alargar o ensino público. Depois, é só melhorar a qualidade do ensino pagando bem a professores de melhor qualidade.

Só assim poderemos corrigir o que está mal e melhorar o que está bem. E quem ganha é o povo. O futuro promete.

“O Fundo Monetário Internacional projecta que, até o final de 2021, a economia global ficará muito pouco acima do que estava no final de 2019 e que as economias dos EUA e da Europa ainda vão estar cerca de 4% menores.”

Prioridades para a Economia na covid-19



Joseph E. Stiglitz

Embora pareça algo antigo, não faz muito tempo que as economias do mundo inteiro começaram a fechar-se em resposta à pandemia covid-19. No início da crise, a maioria dos economistas antecipou uma rápida recuperação em forma de ‘V’, supondo que a economia apenas precisasse de um pequeno intervalo. Depois de dois meses de intensos e dedicados cuidados e muito dinheiro, continuaria de onde parou.

Foi uma ideia atraente. Mas já estamos em Julho e a recuperação em forma de ‘V’ é provavelmente uma fantasia. É muito plausível que a economia pós-pandemia seja anémica, não apenas nos países que não conseguiram administrar a pandemia (especialmente os EUA), mas até mesmo naqueles que se deram bem. O Fundo Monetário Internacional projecta que, até o final de 2021, a economia global ficará muito pouco acima do que estava no final de 2019 e que as economias dos EUA e da Europa ainda vão estar cerca de 4% menores.

As perspectivas económicas actuais podem ser vistas em dois níveis. A macroeconomia explica-nos que os gastos vão cair devido ao enfraquecimento dos orçamentos das famílias e das empresas, uma onda de falências que irá destruir o capital organizacional e informacional e um forte comportamento de precaução induzido pela incerteza sobre o curso da pandemia e as respectivas respostas políticas. Ao mesmo tempo, a microeconomia ensina-nos que o vírus age como um imposto sobre actividades que exigem contacto humano próximo. Como tal, vai continuar a conduzir



Mário Mujica © VE

grandes mudanças nos padrões de consumo e produção, o que, por sua vez, trará uma transformação estrutural mais ampla.

Sabemos, tanto pela teoria económica quanto pela história, que os mercados por si só não conseguem gerenciar essa transição, especialmente considerando-se que foi altamente repentina. Não há uma maneira fácil de converter funcionários de companhias aéreas em utilizadores da Zoom. E mesmo que pudéssemos, os sectores que agora se expandem necessitam de muito menos mão-de-obra e muito mais de pessoal qualificado do que aqueles que suplantam.

Também sabemos que as amplas transformações estruturais tendem a criar um problema keynesiano tradicional, devido ao que os economistas chamam de “efeitos de renda e substituição”. Mesmo que os sectores sem contacto humano estejam em expansão, a reflectir melhorias na sua atracção relativa, o aumento de gastos associado vai ser superado pela diminuição nos gastos resultantes da queda de rendimento dos sectores em retracção.

Além disso, no caso da pandemia, haverá um terceiro efeito: o

aumento da desigualdade. Como as máquinas não podem ser infectadas pelo vírus, aos empregadores, surgem relativamente mais atraentes, em particular, nos sectores contratantes que usam mão-de-obra relativamente não qualificada. E, como as pessoas de baixos rendimentos precisam gastar uma parcela maior do seu dinheiro em bens básicos do que aquelas que estão no topo, qualquer aumento na desigualdade causado pela automação será contraccionário.

Além desses problemas, há mais duas razões para o pessimismo. Primeiro, embora a política monetária possa ajudar algumas empresas a lidar com restrições temporárias de liquidez – como ocorreu durante a Grande Recessão de 2008-09 – não pode resolver problemas de solvência, nem estimular a economia quando as taxas de juros já estão próximas do zero.

Além disso, nos EUA e em alguns outros países, objecções dos conservadores ao aumento de déficits e níveis de dívida impedem o estímulo fiscal necessário. Por certo, essas mesmas pessoas ficaram mais felizes em cortar impostos para bilionários e corporações

em 2017, em socorrer Wall Street em 2008 e em ajudar os ‘gigantes’ corporativos este ano. Mas é coisa bem diferente prolongar o subsídio de desemprego, fomentar os cuidados à saúde e oferecer apoio adicional aos mais vulneráveis.

As prioridades de curto prazo têm sido claras desde o início da crise. Obviamente, as emergências de saúde devem ser tratadas (por exemplo, ao garantir suprimentos adequados de equipamentos de protecção individual e capacidade hospitalar), porque não pode haver recuperação económica até que o vírus seja contido. Ao mesmo tempo, políticas para proteger os mais necessitados, oferecer liquidez para evitar falências desnecessárias e manter vínculos entre trabalhadores e empresas são essenciais para garantir um rápido reinício quando chegar a hora.

Mas, mesmo com esses óbvios fundamentos na agenda, há escolhas difíceis que têm de ser feitas. Não deveríamos resgatar empresas – como o comerciantes retalhistas tradicionais – que já estavam em declínio antes da crise; fazer isso criaria apenas ruídos, limitando, em última análise, o dinamismo e o crescimento. Também não deveria-

mos resgatar empresas já demasiadamente endividadas para conseguirem suportar qualquer choque. A decisão da Reserva Federal dos EUA de apoiar o mercado de títulos em declínio com o seu programa de compra de activos é certamente um erro. De facto, esse é um caso em que o risco moral tem realmente uma relevante preocupação. Os governos não deveriam proteger empresas dos seus próprios desvarios.

Como é provável que a covid-19 permaneça connosco ainda por muito tempo, há espaço de sobra para garantir que os nossos gastos reflectam as nossas prioridades. Quando a pandemia chegou, a sociedade norte-americana já se encontrava devastada pelas desigualdades raciais e económicas, pelos padrões de saúde em declínio e por uma destrutiva dependência em combustíveis fósseis. Agora que os gastos do governo vão sendo desvinculados em grande escala, o público tem o direito de exigir que as empresas que recebem ajudas contribuam para a justiça social e racial, na melhoria da saúde e na mudança para uma economia mais verde e baseada no conhecimento. Esses valores deveriam reflectir-se não apenas na maneira como alocamos dinheiro público, mas também nas condições que impomos aos seus destinatários.

Os gastos públicos bem direccionados, particularmente os investimentos na transição verde, podem ser oportunos, intensivos em mão-de-obra (ajudando a minimizar o problema do aumento do desemprego) e altamente estimulantes – proporcionando muitos custos-benefícios mais eficientes do que, digamos, os cortes de impostos. Não há razão económica para que países, incluindo os EUA, não possam adoptar grandes e sustentados programas de recuperação que os confirmem e os aproximem das sociedades a que pertencem.

Prémio Nobel da Economia; professor na Universidade de Columbia (EUA), economista-chefe do Instituto Roosevelt e ex-vice presidente do Banco Mundial



Jornal Valor Económico

Visite o site www.valoreconomico.co.ao

Regista-te



Edição 217 Partilhas 83 Likes 711

A edição 217 do Valor Económico mereceu comentários a diferentes temas de capa como a anatomia do caso que ficou conhecido como o dos 500 milhões de USD e a entrevista à empresária Filomena Oliveira que lembra que no processo de renegociação das dívidas com o Estado, de impostos que ficaram por pagar, “não é que as empresas não queiram pagar” mas estão descapitalizadas. A página do Facebook do Valor económico e os temas de capa em outros fóruns reuniram mais de 30 mil interações entre partilhas, emoções e comentários.

Os comentários são seleccionados segundo critérios que visam reflectir a diversidade e qualidade de opiniões sobre os temas do Valor Económico.

Graças e discussões personalizadas são editadas para publicação.

Leia na íntegra em www.valoreconomico.co.ao

Facebook/Comentários



Jordao Gomes Os crimes de colarinho branco sempre tiveram outro tratamento. pois os seus autores so d'outro nível.



Militao Correia Isto contas feitas daria 16700usd para cada Angolano



José Caxita Pessoa Ze Pessoa Não se preocupem isso já passou, estão a gravar outra novela



Antonio Costa Neste país a mudança e um sonho estas instituições continuam com práticas antigas, encomendam sentenças porque o poder judicial está preso ao executivo. Porque chamam o puto p de altamente perigoso se o que ele roubou nem chega a um milhão de dólares e o que e acusado de roubar quinhentos milhões não é altamente perigoso. Sabem quantas famílias morreram por falta de serviços básicos. Ainda acho que o governante que depois de jurar e corromper-se seria condenado a pena de morte como acontece na China só assim estes teriam responsabilidade com os dinheiros públicos. Até as casas construídas não conseguem distribuir equitativamente deixam-nas saqueadas com muita gente sem teto isto é uma lástima.



Yona Da Costa Da Costa A Camada baixa sempre sofre porquê? Mas tudo seu tempo determinado...



Fernando Cadino Cadino É + um espectáculo entre a PGR e o TS onde envolve alguns autores bem conhecidos na nossa praça nacional...



Zelia Ondina é uma brincadeira este julgamento.



Joao Madeira Já nem gosto de ver e ouvir essa novela tudo frango de churrasco



Metodio Dias Pedro Neste martirizado país a lei só atinge o pobre



Emanuel Lima Lima É melhor assistirmos Tom e Jerry



André Pombal Silva Cardoso Os Tribunais já perderam toda a credibilidade. Até um alfabetizado se apercebe que é um julgamento político, feito com base em presunções, a fazer lembrar o Julgamento de Luís Inácio Lula da Silva, pelo bandido Sérgio Moura que agora está à contas com a justiça brasileira



Carneiro Tung Tsé Tung Carneiro (Filomena Oliveira) Obrigado por olhar por nós



Flavio Inocencio Um bom exemplo da máxima de que sem actividade económica não há arrecadação, por melhor desenhado que seja o sistema fiscal. Pena muita gente não compreender isso. Talvez porque nunca trabalhou no sector privado.



Alberto Ferreirinha Sênior Os mais velhos diziam :- “Casa onde não há pão,todos ralham e ninguém tem razão ! Como eu gostava de ver a terra onde nasceram os meus filhos sem essas dificuldades ! Na Europa,todos os governos usam moratórias,atribuem subsídios,dilatam prazos,tornam-se,portanto,solidários com a crise



Mahalangu De Almeida Almeida Vamos abrir o capital das empresas na bolsa de valores, as famílias Angolanas vão compra as acções das empresas ok assim estaremos a diversificação a nossa economia.



96.1 fm

Rádio Essencial

Taça Cheia

Todos os sábados,
às 22:00, com
Sebastião Wemba

Covid-19



PRODUÇÃO DE DOIS PAÍSES

Governo britânico prevê comprar 90 milhões de doses de vacinas

O governo britânico anunciou a compra de 90 milhões de doses de vacinas em desenvolvimento na Alemanha e França contra a covid-19, que junta aos 100 milhões de unidades de um projecto concorrente da Universidade de Oxford.

Num comunicado, os ministérios da Economia e da Saúde indicaram a assinatura de um “acordo vinculativo” com o consórcio alemão BioNTech e a farmacêutica norte-americana Pfizer para a aquisição de 30 milhões de doses da vacina BNT162 con-

tra o novo coronavírus. Com a francesa Valneva, foi alcançado um acordo de princípio para 60 milhões de doses e, se a vacina VLA2001 der provas que é segura e eficaz, o governo britânico tem a opção de comprar mais 40 milhões de doses.

A Valneva tem uma unidade de produção na Escócia, que poderá beneficiar de fundos públicos para aumentar a capacidade, para além de beneficiar de apoios para efectuar testes clínicos no Reino Unido. Os dois negócios, adian-

tou o governo, fazem “parte da estratégia para criar um portfólio de vacinas novas e promissoras para proteger o Reino Unido”, pois têm abordagens científicas diferentes.

O governo britânico já tinha anunciado antes a compra de 100 milhões de doses de uma vacina em desenvolvimento pela AstraZeneca e a Universidade de Oxford, projecto no qual investiu dezenas de milhões de libras, bem como num projecto que já entrou na fase de testes clínicos da Imperial College London.

DURANTE PANDEMIA

Jornalistas do Média Nova avançam com acção judicial

Jornalistas do Grupo Média Nova, com contratos suspensos, avançaram com uma acção judicial contra a empresa, alegando “despedimento ilegal” em período de covid-19.

Em declarações à imprensa, o secretário-geral do Sindicato dos Jornalistas Angolanos (SJA), Teixeira Cândido, afirmou que a acção contra o Média Nova decorre da falta de entendimento extrajudicial com o grupo que, em período de emergência, dispensou 30 funcionários.

Para o SJA, o grupo, que detém o jornal O País, a Rádio Mais, a TV Zimbo e a Gráfica Distribuidora DAMER, “violou os dispositivos do estado de emergência”, que decorreu entre 27 de Março e 25 de Maio, e que “proibia despedimentos e suspensão de contratos laborais”.

A suspensão de contratos começou a vigorar a 15 de Maio e não abrangeu funcionários da TV Zimbo.



EM LONDRES

Centenas protestam contra uso de máscara

Centenas de manifestantes reuniram-se em Londres para protestar contra o uso obrigatório de máscaras no Reino Unido.

Os manifestantes usaram máscaras rasgadas e carregaram cartazes com os dizeres: “Não serei mascarado, testado, rastreado ou envenenado”.

A medida vale para restaurantes, supermercados e transportes públicos. Os infractores serão multados.

O movimento chamado de “Grã-Bretanha livre”, segundo o site Daily Mail, foi fundado pelo milionário da aviação, Simon Dolan.

AS BAHAMAS FECHAM novamente suas praias e vão proibir voos dos Estados Unidos a partir desta quarta-feira, 22, conforme anunciou o primeiro-ministro, Dr. Hubert Minnis, no último domingo.

MEDIDAS DE ALÍVIO ECONÓMICO

Fundo Soberano desembolsou mais de 90% do valor previsto

O Fundo Soberano de Angola já desembolsou 1.3 mil milhões dos 1.5 mil milhões de dólares previstos para reforçar o Tesouro Nacional no âmbito das medidas transitórias de alívio por causa da covid-19.

Num comunicado de imprensa a que a Agência Lusa teve acesso, o Conselho de Administração do Fundo Soberano de Angola confirma a descapitalização no valor de Mil milhões de dólares para financiamento do PIIM (Plano Integrado de Intervenção nos Municípios) e uma descapitalização adicional de 1.5 mil milhões de dólares ao abrigo do decreto presidencial, dos quais 1.3 mil milhões de dólares já desembolsados.

A medida estava contemplada no âmbito das medidas transitórias de resposta ao impacto da covid-19 sobre o OGE para 2020, cuja proposta revista foi debatida na Assembleia Nacional.



COMO GESTO DE PATRIOTISMO

Trump defende uso de máscara

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, defendeu o uso da máscara de protecção contra a covid-19 como um gesto “patriótico”, depois de ter permanecido durante muito tempo com uma posição ambígua sobre o tema.

Na sua conta na rede social twitter, Trump referiu que “muita gente diz que é patriótico usar uma máscara quando é impossível distanciar-se socialmente”. “E não há ninguém mais patriótico do que eu.”

Segundo o presidente norte-americano, há união “no esforço para vencer o invisível vírus chinês”, pode também ler-se na publicação que utiliza uma expressão que imputa à China responsabilidades na pandemia.

No domingo, segundo a AFP, Donald Trump afirmou que não tencionava obrigar o uso de máscara a nível nacional para mitigar a pandemia, apesar do constante aumento diário de casos e de mortes nos Estados Unidos.

A 11 de Julho, o presidente norte-americano usou, pela primeira vez em público, uma máscara de protecção, durante uma visita a um hospital militar dedicado à covid-19, nos subúrbios de Washington, onde se deslocou de helicóptero.

Quando deixou a Casa Branca, Donald Trump disse aos repórteres: “Quando se está num hospital, especialmente... Penso que é esperado que se use uma máscara”.

DOIS CASOS

Cidade da China sob cerca sanitária

O Governo anunciou que o centro comercial, Cidade da China vai estar sob cerca sanitária por causa de dois comerciantes terem testado positivo à covid-19.

A informação foi dada pelo secretário de Estado para a Saúde Pública, Franco Mufinda, durante o balanço epidemiológico diário, em Luanda. “Assim, em decorrência das normas em vigor, será instituída a cerca sanitária naquela zona comercial”, indicou o responsável.

A Cidade da China está localizada no município de Viana, em Luanda, conta com cerca de 300 lojas, arrendadas a empresários chineses, angolanos, americanos, libaneses, indianos e portugueses e emprega, de forma directa e indirecta, mais de três mil trabalhadores.

O país conta com um total de 749 casos, incluindo 29 óbitos e 494 activos, dos quais 15 em estado crítico com ventilação mecânica invasiva.



ANUNCIADAS NO MESMO DIA

Três vacinas com respostas animadoras



O início desta semana fica marcado pelo anúncio de resultados positivos de três testes a vacinas contra a covid-19. Rússia, China, Estados Unidos, Reino Unido e Alemanha são os países representados pelos pesquisadores. Coincidentemente, todos escolheram a segunda-feira, 20, para a boa-nova, situação que, por si só, justifica questionar o que estará por detrás do acaso.

As pesquisas são da Universidade de Oxford, em parceria com a farmacêutica AstraZeneca, anglo-sueco; do Instituto de Biotecnologia de Pequim e ainda da farmacêutica norte-americana Pfizer, em parceria com a empresa alemã de biotecnologia BioNTech.

A parceria entre a BioNTech e a norte-americana Pfizer refere-se a um teste feito na Alemanha com 60 voluntários saudáveis. Já o Instituto de Biotecnologia de Pequim diz que o estudo foi feito com mais de 500 pessoas saudáveis em Wuhan.

Os resultados da pesquisa chinesa apontam, também, que a vacina é segura, mas os autores afirmam que nenhum dos participantes foi exposto ao vírus após a vacinação, o que não “pode determinar se a protecção é realmente eficaz contra as infecções”.

Já a vacina da Universidade de Oxford, em parceria com a biofarmacêutica anglo-sueca AstraZeneca, foi realizada com cerca de 1.077 pessoas saudáveis.

Os resultados são das fases 1 e 2 da vacina.

Marcas & Estilos



Muito mais agradável

Faça dos cocktails diluídos uma coisa do passado! Este Highball foi projectado com aço inoxidável isolado que evita que o gelo derreta. Idealizado por uma mulher, o design mantém as mãos quentes e secas. É mais leve que um copo de vidro, mas à prova de quebra, com uma borda super fina que cria uma experiência de bebida mais agradável.



Simplesmente natural

As jóias da Claw são confeccionadas em ouro de 18 quilates e dispõem de diamantes de três milímetros naturais, rubi, safira, pérola, esmeralda... uma beleza turquesa adorável. As pedras podem diferir em cor, tom e de forma simplesmente porque são naturais, o que torna cada peça única!



AUTOMÓVEL

Generoso até na potência

Quando se fala em V8 com 421 cavalos, assume-se, por norma, que se trata de um motor a gasolina. Não é este o caso. O Volkswagen Touareg é um SUV de dimensões generosas e 'alimenta-se' de gasóleo.

O motor 4.0 é o mesmo usado no Audi SQ7 TDI. No entanto, no VW, a potência fica-se apenas pelos 421 cavalos, não chegando aos 435 do Audi. Já o valor binário é o mesmo, mantendo-se nos impressionantes 900 Newtons metro.

Esta versão faz do Touareg um dos mais potentes VW, que passou a ser capaz de acelerar de zero a 100 km/h em apenas 4,9 segundos, atingindo uma velocidade máxima de 250 km/h, limitados electronicamente.

AGENDA

LUANDA

ENTRE JUNHO E JULHO

A galeria TalatonaArt apresenta online a exposição 'A Arte não pode parar' com os artistas Alcides Malayka, Álvaro Macieira, Armando Scoott, Fineza Teta, Francisco Vidal, Guilherme Mampuya, entre outros.

26 DE JULHO

O Bar Luandina apresenta o espectáculo 'Kuduro no Bar', com os Lambas e Noite e Dia, a partir das 17 horas, na TV Zimbo.

26 DE JULHO

'Live no Kubico' com Yola Semedo, Edmásia, Patrícia Faria e Ary, a partir das 14h30, na TPA.

31 DE JULHO

Expo Cake Design Angola, no Centro de Centro de Convenções de Talatona, a partir das 17 horas.

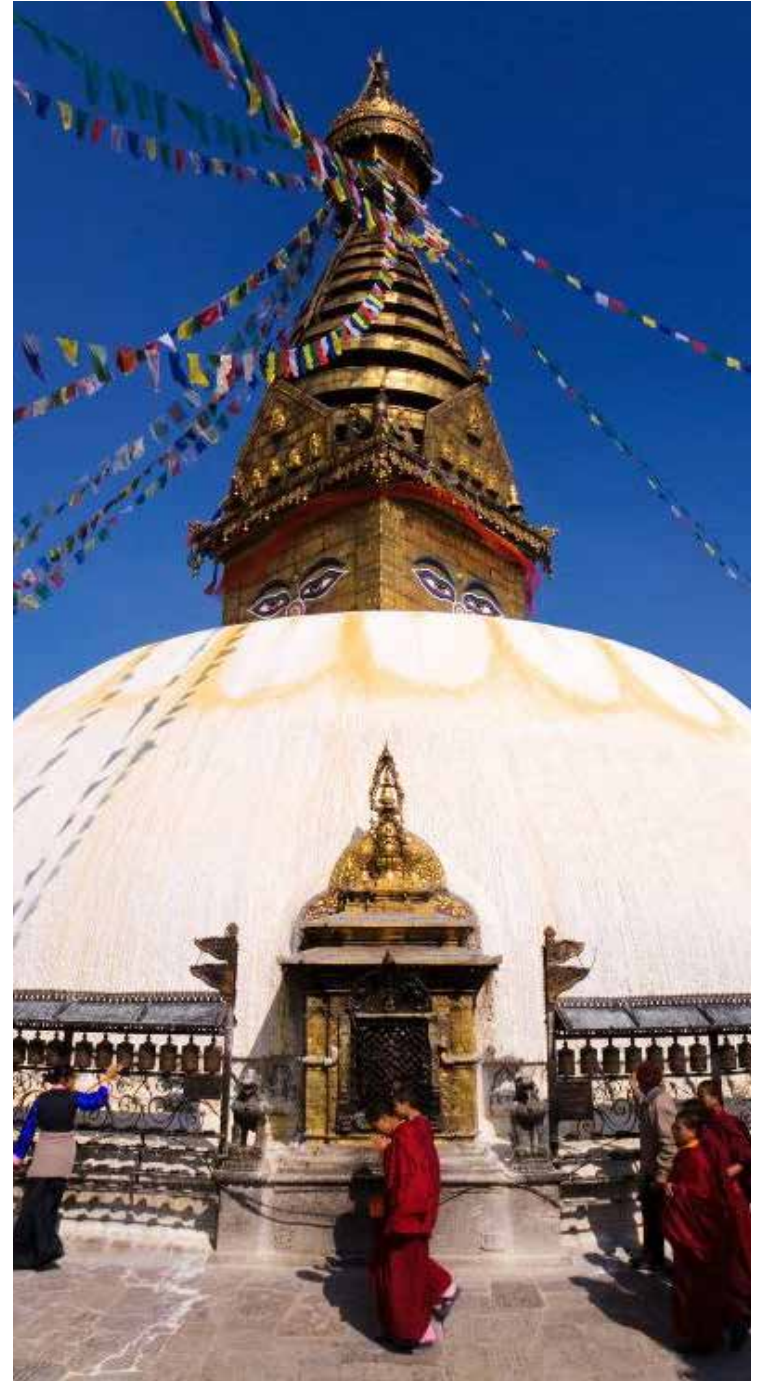
LIVROS



EM 'VIDAS ADIADAS', de Dorothy Koomson, lerá que Verity mente... E é por isso que está prestes a ser detida por tentativa de homicídio. Serena mente desde sempre... E talvez por isso a filha se veja obrigada a fazer o impensável...



ALGUMA VEZ se perguntou porque é que o preço de um litro de combustível duplica em poucos meses, mas nunca cai da mesma forma? Por detrás de tudo isto está a economia, sugere Dharshini David, em 'A Geografia do Dinheiro'.



TURISMO

Uma praça repleta de história

Kathmandu, a capital e maior cidade do Nepal, é uma espécie de praça do mundo. Cresceu tanto e de forma tão caótica que se espalhou por todo o caldeirão do vale Kathmandu, património da humanidade pela Unesco.

Apesar de ser o trampolim logístico, Kathmandu oferece divertidos passeios. A Praça Durbar é o epicentro da vida cívica e religiosa, repleta de palácios e templos. Dentre os muitos edifícios históricos, estão os templos Taleju e Jaganath, o conjunto arquitectónico de Nasal Chowk além da estátua do rei Pratap Malla.

A gastronomia e os serviços de hospedagem giram em torno do distrito conhecido como Tamel, a Norte da Praça Durbar. Aqui, encontra uma vasta oferta de hotéis e albergues, para todas as profundidades de bolso. Além das opções baratas, encontra estabelecimentos luxuosos como o Hyatt Regency, o Hotel Shanker e o Crowne Plaza Kathmandu-Soaltee.

Educação & Tecnologia

INAAREES DISPONIBILIZA NOVA PLATAFORMA

Homologação e reconhecimento de estudos apenas online

AUTENTICAÇÃO. Inaarees avisa que já não se vai proceder ao atendimento presencial de utentes nas instalações, salvo raras excepções. Requerentes devem aceder ao www.sepe.gov.ao para o procedimento.

A homologação e reconhecimento de estudos em Angola passam, a partir deste mês, a ser feitos por via de uma plataforma tecnológica que foi disponibilizada pelo Instituto Nacional de Avaliação, Acreditação e Reconhecimento de Estudos do Ensino Superior (Inaarees).

A instituição, numa nota enviada ao VALOR, avança que todas as solicitações de homologação e de reconhecimento de estudos do ensino superior se vão fazer apenas por via electrónica (online) através desta a plataforma nos Serviços Públicos Electrónicos do Governo (Sepe).

Para aceder aos serviços, os requerentes devem fazê-lo através do portal www.sepe.gov.ao e seguir

15

Dias, prazo mínimo actual para homologação dos diplomas

as instruções, de entre as quais efectuar a autenticação com o registo do e-mail e da senha e submeter para o login.

Os processos de homologação e reconhecimento de estudos que deram entrada anteriormente no Inaarees serão, igualmente, tratados por via da nova plataforma, tendo os titulares de aguardar pela notificação sem, no entanto, necessidade de se deslocarem ao instituto

nem de cumprir qualquer procedimento adicional.

O Inaarees reforça que já não se vai proceder ao atendimento presencial de utentes nas instalações, salvo nas situações decorrentes de agendamento prévio limitado, justificado e atendível.

A nova solução tecnológica visa simplificar e digitalizar a homologação e o reconhecimento de estudos do ensino superior, procedimento que, actualmente, tem o prazo mínimo de 15 dias, para certificado e diploma, e o máximo de 30.

O Inaarees é uma instituição pública dotada de personalidade jurídica, autonomia administrativa, financeira e patrimonial, cuja missão é promover e monitorar a qualidade das condições técnicas, pedagógicas e científicas dos serviços prestados pelas instituições de ensino superior.



NOVA INTERLIGAÇÃO DE INTERNET

IXP poupa milhões às operadoras

A entrada em funcionamento do novo nó de interligação dos provedores de serviços de internet, denominado IXP, numa iniciativa da Associação Angolana de Provedores de Serviço de Internet (APPSI) e da empresa Internet Technologies Angola (ITA), vai “proporcionar melhor conectividade, troca e acesso a conteúdos digitais e redução dos altos custos das operadoras nacionais de telecomunicações na compra de serviços de internet a fornecedores internacionais”, garantem os promotores. O IXP entrou em funcionamento e já está disponível desde a semana passada.

Até agora, o fornecimento internacional era responsável por 80% do tráfego em Angola. Uma percentagem “tão elevada que põe em risco a segurança nacional e das operadoras”, adverte Sílvia Amada, presidente da APPSI. Os dados trocados internamente têm primeiro como destino a origem do fornecedor internacional. Além disso, para Angola ter acesso ao serviço de internet, as operadoras gastam milhões de dólares com fornecedores internacionais. Muitas chegam a pagar cerca de 200 mil dólares por 10 gigabytes.

Com o lançamento do novo

nó IXP, adianta Sílvia Amada, as operadoras têm a possibilidade de reduzir substancialmente os gastos e vão passar, caso subscrever ao IXP, a pagar uma taxa anual de 1,5 milhões de kwanzas ou menos, dependendo de que posição tomar diante da associação. A opção pelo fornecedor nacional vai permitir a redução do preço do serviço de internet ao consumidor final e a atracção de vendas de conteúdo digital.

Nos próximos tempos, através do IXP, as duas entidades esperam vender tráfego aos países da região da SADC, com grande destaque aos dois Congo, visto que, optando por fornecedores ocidentais deparam-se com uma latência de 250 mil segundos ou mais, ao passo por Angola uma latência de 25 a 30 mil segundos.

ITA INVESTE 25 MILHÕES USD

A empresa Internet Technologies Angola (ITA) investe, em média anual, 25 milhões de dólares em infra-estruturas. Tem em forja o projecto de ligação terrestre, através de cabo de fibra óptica, nas regiões fronteiriças de Angola com fito de vender serviço de internet aos dois Congo e à Zâmbia. Actualmente, comercializa serviços de internet via satélite a alguns países africanos.

Por: Guilherme Francisco



NÚMEROS DA SEMANA

7.000

Autocarros de que Luanda precisa, tendo apenas 200 em circulação, segundo o Governo Provincial.

11

Meses, tempo que as Reservas Internacionais Líquidas de 10,2 mil milhões de dólares ainda cobrem em importação, de acordo com o BNA.

495

Milhões de dólares, montante que Angola desembolsou, no primeiro trimestre do ano, para a importação de bens alimentares, uma diminuição de 31%, face ao último trimestre do ano.

275,3

mil milhões de kwanzas, valor do resgate antecipado de títulos do BPC reembolsáveis por via da emissão especial de obrigações do Tesouro.

ZEE afirma não ter encerrado fábrica de detergente

O conselho de administração da Sociedade de Desenvolvimento da Zona Económica Especial Luanda-Bengo negou ter encerrado a fábrica de detergentes pertencente ao grupo empresarial Nice South Atlantic, Lda, por alegada falta de alvará de licença industrial, esclarecendo que foi decisão dos inspectores do Ministério da Indústria e do Comércio.

A direcção da ZEE explica ainda que, apesar de a unidade não estar ainda operacional, cumpriu com os procedimentos legais, visto que foi “obtido previamente o alvará de licença industrial provisória do ex-Ministério da Indústria, em Junho de 2019, cuja validade era de seis meses”.

Acrescenta que a renovação só não ocorreu imediatamente devido ao “quadro epidemiológico em que o país e o mundo estão envolvidos e que criou várias incertezas, com a consequente retirada em massa do pessoal operacional das unidades e com a desarticulação das suas estruturas administrativas”.

“Decerto, antes da sua inauguração e início de actividades, a licença seria renovada. Aliás, foi o arrojo dos promotores, comprometidos com a produção nacional e a empregabilidade que, contrariando toda a envolvente de mercado, permitiu a continuidade do projecto (construído em menos de sete meses), cumprindo com o estabelecido pelas autoridades sanitárias nacionais, conforme previsto pelo estado de emergência, como previsto no declarado estado de calamidade pública, em vigor,” justifica.

O empreendimento encerrado, na sexta-feira, 17, consta do conjunto de oito cuja inauguração está prevista para o próximo Agosto. Entretanto, a direcção da ZEE garante apoio às iniciativas de empreendedores nacionais e ao investimento privado estrangeiro, alinhados ao programa do Executivo de aumento da produção nacional e a empregabilidade.



EMPRESAS PÚBLICAS

IGAPE identifica “inconformidades”

N a análise preliminar aos relatórios de 50 empresas, referentes às contas de 2019, técnicos do Instituto de Gestão de Participações do Estado (Igabe) encontraram “algumas inconformidades”, sendo a mais relevante a não apresentação do ‘Relatório do auditor externo’ e/ou da respectiva ‘Carta de recomendações’.

No exercício de 2019, o sector empresarial público funcionou com 86 empresas, 68 das quais públicas, 12 do domínio público e seis onde o Estado detém participações minoritárias. Deste universo, 80 empresas

têm o dever de prestação de contas, sendo que 50 procederam à apresentação das contas.

Nas próximas semanas, será feita a compilação e análise das contas para a produção do ‘Relatório Agregado do Sector Empresarial Público’, referente às contas de 2019. As empresas do sector público desenvolvem a sua actividade, predominantemente, nos sectores da energia e águas (21), transportes (16), finanças (8), agricultura e pescas (9) e telecomunicações e comunicação social (7). O Igape diz-se empenhado na reforma das empresas públicas, através dos mecanismos de supervisão e fiscalização.

Economia prepara guia para investidores

Até ao final do ano, o investidor poderá contar com um guia a ser desenvolvido pelo Ministério da Economia e Planeamento (MEP). Segundo o relatório de balanço do Prodesi apresentado nesta segunda-feira, em Luanda, esse instrumento deverá identificar oportunidades com base em parcerias público-privadas nos domínios da energia eléctrica, água, transportes, pescas e plataformas logísticas. O documento refere que “a inexistência de informação clara e precisa sobre a criação de uma empresa”, e todas as questões inerentes a cada sector, bem como a intenção de divulgar oportunidades de investimento em Angola e a “fragilidade das infra-estruturas existentes” justificam a existência de um documento com toda a informação de apoio.

O Ministério considera também que o país deve continuar a apostar “na melhoria do ambiente de negócios, nos domínios da criação de empresas, pagamento de impostos”, apondo várias iniciativas e reformas

promovidas entre 2019 e 2020, período em que decorreu a reorganização do Guiché Único do Empreendedor, no modelo de ‘Janela única’, tendo-se eliminado o alvará comercial, para actividades de baixo risco e o requisito de registo estatístico no processo de abertura de empresas. Quanto ao registo de propriedade, o MEP indica ter sido implementada uma nova plataforma denominada SIRP (Serviço Integrado de Registo Predial) nas conservatórias de registo predial e obtenção da certidão predial online, além de aprovada a nova tabela de emolumentos do registo predial. Foi ainda inaugurada a sala do tribunal especializada em matéria comercial, industrial e propriedade intelectual em Luanda, bem como a institucionalização do Comité Nacional de Facilitação de Comércio Externo. O relatório do Prodesi destaca ainda que, “foram melhorados os procedimentos e tempo para a obtenção de electricidade”, factor que ainda encaixa os custos de produção.